

11 JUN 2018

FOLHA DE LONDRINA

Os 30 anos

da Constituição

A imagem é conhecida até mesmo por pessoas que não eram nascidas em 1988. Naquele ano, na tarde do dia 5 de outubro, o então deputado federal Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte, se levanta após assinar os originais da nova constituição brasileira, ergue um exemplar e declara promulgado “o documento da liberdade, da dignidade, da democracia, da justiça social do Brasil”. A Constituição Cidadã, como Ulysses a batizou, tornou-se o principal símbolo do processo de redemocratização nacional, após os 20 anos do regime militar. Ela assegurou a liberdade de pensamento e criou mecanismos para evitar abusos de poder do Estado.

Foram muitas as mudanças trazidas pela Assembleia Nacional Constituinte, convocada em 1985 pelo então presidente José Sarney. Um trabalho que durou 20 meses e teve participação de 559 parlamentares (72 senadores e 487 deputados federais), e também da sociedade.

A solenidade que promulgou a Constituição, 30 anos atrás, foi cheia de simbolismo. Ulysses, por exemplo, usou a caneta que havia ganhado dos funcionários da Câmara para assinar a Carta Magna. O povo pedia mudanças estruturais no país que ainda não havia consolidado o direito de escolher novamente seu presidente da República.

Em 2018, quando a Constituição completa 30 anos, serão muitas as atividades que marcarão esse aniversário. Em nenhum momento, nessas três dé-

“
Em nenhum momento, nessas três décadas, foi tão importante lembrar os ideais que inspiraram as mudanças trazidas pela Constituição Cidadã”
”

cadadas, foi tão importante lembrar os ideais que inspiraram as mudanças trazidas pela Constituição Cidadã. Entre elas a independência dos poderes constituídos, com votos diretos para eleição de presidente, governadores e prefeitos.

Na semana passada, uma instituição de ensino superior de Londrina realizou um evento para lembrar o 30 anos da Carta Magna e o encerramento, na sexta-feira (8), contou com a presença do ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Luiz Edson Fachin. A uma plateia de aproximadamente mil pessoas, o ministro enfatizou a importância da Constituição: “A última palavra na sociedade democrática não é de juiz, mas da própria sociedade que constrói e reconstrói seu contrato social e o projeta para a ordem normativa”. Uma frase que lembra o maior desafio para um país com uma democracia jovem, que busca justiça e igualdade social. Justamente o desafio de garantir que a Constituição seja igual para todos.

11 JUN 2018

FOLHA DE LONDRINA

30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ

‘É lamentável que a Constituição não tenha ainda servido os seus propósitos’

Para ministra do Supremo Tribunal Militar, Maria Elizabeth Rocha, a Carta de 1988 é mais criticada pelos seus méritos do que pelos desacertos

Vitor Struck
Reportagem Local

“**E**ram 14h40 quando os parlamentares votaram pela última vez. Logo depois saíram, sem comemoração. ‘É que hoje era só o polimento da moldura’, explicou o senador Carlos Chiarelli”, noticiava a Folha de Londrina. A chamada ganhou destaque na capa da edição do dia 23 de setembro de 1988. Ao todo foram necessárias 340 sessões para que Ulysses Guimarães pudesse proclamar, sob aplausos na plenária, um grito guardado durante o período comandado pelos militares. “Chegamos. Nós chegamos, graças a Deus, à sociedade, aos constituintes e ao povo brasileiro, chegamos.”

Três décadas depois, o “quadro”, emoldurado na metáfora do senador Chiarelli, possui muitos objetivos sociais que “vêm sendo solapados antes mesmo de serem colocados em

“No Brasil, desde 1988, nós temos várias Constituições dentro de uma só”

prática”, lamenta a ministra do STM (Supremo Tribunal Militar) Maria Elizabeth Rocha.

A ministra veio a Londrina para fazer uma análise da história constitucional brasileira no 2º Congresso Internacional de Ciência Jurídica, realizado na última semana pela Faculdade Londrina, que se propôs a debater os desafios, avanços e retrocessos de 30 anos da Constituição Cidadã, aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte em 22 de setembro e promulgada em 5 de outubro de 1988. Há 11 anos no STM, Rocha afirma que os direitos sociais necessitam fundamentalmente de uma intermediação do Poder Legislativo para serem aplicados. Neste sentido afirma que não é contrária integralmente às Reformas Tra-

balhista e Previdenciária, mas é a favor de um remanejamento da ciência jurídica e das normas legais diferentes, de modo que se privilegie a implementação do trabalho, mas sem a supressão dos direitos dos trabalhadores. Só para se ter uma ideia, na última semana, a (OIT) Organização Internacional do Trabalho decidiu pedir ao governo Temer um relatório de consultas com sindicatos antes da adoção da reforma e incluiu o Brasil na lista dos 24 países cujas violações trabalhistas são mais emblemáticas.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

11 JUN 2018

“Quando se fala em trabalhadores e aposentados nós estamos falando de pessoas, idosos que têm necessidades especiais, trabalhadores que, normalmente, são o lado mais fraco de uma relação de emprego e, neste sentido, é lamentável que a Constituição não tenha, ainda, conseguido, servir aos seus propósitos e tenha sido alterada antes mesmo dos seus dispositivos terem eficácia, porque pode se dizer que os direitos sociais foram dados com uma mão e tirados com a outra na medida em que eles necessitam de regulamentação para serem implementados”, afirma.

Em entrevista à **FOLHA** a ministra também repudiou as manifestações pedindo intervenção militar feitas durante a última greve dos caminhoneiros e ressaltou avanços na legislação eleitoral.

Ainda sobre a Constituição Cidadã, “ela ainda tem o cheiro do amanhã, como dizia o Dr. Ulysses Guimarães” e resalta que a Carta é mais criticada pelos excessos de garantismo, especificados nos artigos 5º e 6º, do que por pontos negativos.

“Até topograficamente a Constituição deu um destaque às garantias universais quando tirou do artigo 152 da Constituição anterior para o artigo 5º essas garantias que são essenciais e inerentes ao homem, que revestem a dignidade humana. Enfim, se o Estado não fosse uma grande ficção jurídica ou um grande Leviatã, nem precisariam estar ali normatizadas, porque

você colocar que todo o ser humano tem direito à vida, à honra e dignidade é tão óbvio que, em princípio,

nem precisaria ser legislado. Mas é importante para evitar que a opressão do Estado esmague o cidadão”, afirma.

UM TEXTO, INÚMERAS INTERPRETAÇÕES

“Como vamos fazer para interpretar a Constituição?”, perguntou o advogado Tércio Sampaio Ferraz Jr. a um grupo de colegas no dia seguinte à promulgação da Carta de 1988. A conclusão do grupo foi de que “não dá pra entender de tudo”, em referência às áreas do direito.

Professor, autor de diversos livros e teses que lhe conferem a alcunha de um dos maiores juristas brasileiros, Ferraz Jr., que também participou do congresso jurídico, lembrou da conexão que tem com Londrina, cidade onde lecionou direito na década de 1970, período em que foi enviado pela Folha de São Paulo para participar e cobrir um debate em Harvard sobre os 200 anos da Independência dos Estados Unidos ao lado de dois prêmios Nobel.

Há muitos anos sem visitar a cidade onde o embrião da operação Lava Jato surgiu, Ferraz Jr. ressaltou problemas como a insegurança jurídica causada por decisões adversas que aparecem a partir de novas ou apenas diferentes interpretações da Constituição.

“Antigamente ‘coisa julgada’ não se mexia. Hoje em dia a gente fala de ‘flexibilização da coisa julgada’, quer dizer, não se mexe ‘pero no mucho’ né, e aí começam a aparecer problemas. Esse tipo de problema no direito tributário acaba extravasando para o direito penal, ‘lava jatos’ da vida, isso é apenas um exemplo, não na Lava Jato”, explica.

O jurista lembrou de uma sugestão dada por Nelson Jobim de se “enxugar” a Constituição a exemplo de outros países, mas que acredita não ser esse um caminho viável. “Enxugar? A roda do tempo não tem volta. Porque qualquer peça acaba mexendo em outras peças e você limitar o que tirar e o que deixar, é um trabalho quase impossível”, afirma.

“Os observadores das constituições dizem que, no mundo atual, você não tem mais uma Constituição, mas várias. Apesar de, por exemplo, na Alemanha a Constituição é bem enxuta e isso faz com que a atividade de interpretação ou a de produção de normas e leis vá fazendo com que surjam outras constituições não declaradas no plano econômico, social e tudo mais. No Brasil, desde 1988, nós temos várias Constituições dentro de uma só”, afirma.

Questionado se comentaria algo sobre a Operação Lava Jato, o jurista, dono de uma simpatia ímpar, caiu na gargalhada. “Não vou por esse lado, não é isso que eu quero comentar aqui em Londrina.”

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Para Fachin, nações fracassam quando as instituições se debilitam.

11 JUN 2018



“Parlamentares erram, mas o Parlamento é essencial à democracia. Juízes erram, mas o Judiciário é essencial à democracia. Quando as instituições funcionarem, o Brasil dará um futuro ao seu passado”, disse o ministro do STF

Guilherme Marconi

Reportagem Local

O respeito à Constituição e a defesa das instituições deram o tom da palestra do ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Edson Fachin, que encerrou o 2º Congresso Internacional de Ciência Jurídica promovido pela Faculdade Londrina na última semana e que teve como tema “30 anos da Constituição Cidadã: Avanços, Retrocessos e Desafios”.

“A Constituição é um contrato da sociedade democrática que reclama efetividade”, afirmou o ministro para uma plateia de mil pessoas formada por uma maioria de advogados e estudantes de direito. O ministro realizou palestra sobre “STF, Jurisdição Constitucional e Pactos Internacionais de Defesa de Direitos”.

Entretanto, percorreu sobre diversos temas como Direitos Humanos, violência contra a mulher e fez ponderações críticas ao fundo partidário aprovado pelo Congresso.

Fachin deu recado enfático em defesa das instituições ao dizer que os erros cometidos por representantes dos três poderes não podem minimizar a importância das instituições. “Parlamentares erram, mas o Parlamento é essencial à democracia. Juízes erram, mas o Judiciário é essencial à democracia. O mesmo vale para o Poder Executivo. Quando as instituições funcionarem, o Brasil dará um futuro ao seu passado”, disse.

Ainda na mesma linha, Fachin afirmou que as instituições seguem fortalecidas no país. “Temos que ter fé constitucional, lealdade à Constituição, prestar contas à sociedade

e reconciliar a sociedade com o Estado. Nações fracassam quando as instituições se debilitam”, aponta.

LAVAJATO

Na palestra, o magistrado não citou diretamente suas últimas decisões como relator da Lava Jato no Supremo. Entretanto, Fachin foi enfático sobre a importância do Judiciário no combate à corrupção ao individualizar as penas. “Juiz não tem gosto de condenar, mas deve fazê-lo. Não podemos culpar o sistema quanto todos são culpados e culpado ninguém é”. Mesmo com dezenas de deputados e senadores encrencados com a Justiça, o magistrado ressaltou o papel do Legislativo: “O Parlamento é essencial à democracia.”

CONTINUA

11 JUN 2018

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Recentemente, Fachin deu o parecer favorável à condenação do primeiro político com foro privilegiado no STF, o deputado federal Nelson Meurer (PP-PR). Na semana passada negou quebra de sigilo do presidente Michel Temer (MDB), mas autorizou a PGR (Procuradoria Geral da República) a adotar a medida para os ministros Eliseu Padilha e Moreira Franco. O relator da Lava Jato também tomou decisões importantes contra políticos tradicionais como a determinação da prisão de Paulo Maluf e negou pedido da defesa do ex-presidente Lula para evitar prisão.

Graduado em direito pela UFPR (Universidade Federal do Paraná) em 1980, Fachin obteve os títulos de mestre e doutor pela PUCSP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) e lecionou e publicou livros na capital por mais de duas décadas na área de direito civil antes de assumir a cadeira no STF. Em janeiro do ano passado, assumiu a relatoria da Lava Jato com a morte do ministro Teori Zavaski, morto em acidente aéreo. "Casei com o direito civil, embora esteja vivendo uma união estável com o direito penal", ironizou.

FOLHA DE LONDRINA 09 JUN 2018

Luiz Fux

10 JUN 2018

Contra notícia falsa, mais jornalismo

Na última terça-feira (5), dez partidos políticos firmaram com o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) um acordo de colaboração para manter o ambiente eleitoral imune à disseminação de notícias falsas. Outras legendas devem seguir o mesmo caminho. Ciente de que as fake news podem “distorcer a liberdade do voto e a formação de escolhas conscientes”, o Parlamento brasileiro comprometeu-se publicamente a agir contra elas.

Mas a luta contra a desinformação também tem que contar com o apoio da imprensa – tanto a que acompanha diuturnamente a movimentação de atores políticos, quanto a que se dedica à checagem de fatos e declarações de autoridades, prática conhecida como fact-checking. O jornalismo político-eleitoral precisa ser livre para apontar as imprecisões do discurso público e investigar condutas questionáveis. No período de campanha, ainda mais.

Nas últimas semanas, vieram à tona relatos de ataques contra jornalistas especializados na cobertura política – nas ruas e nas redes sociais. Alguns profissionais chegaram, inclusive, a sofrer agressões físicas, difamações e ameaças. O TSE repudia esses episódios e se posiciona ao lado dos jornalistas.

A imprensa é vital a qualquer democracia. Tem a nobre função, entre outras tantas, de qualificar o debate público, indicando dados corretos e informações contextualizadas e precisas. Investigar e expor inverdades, com base em apurações isentas e fontes de dados legítimas, não pode resultar em hostilidade.

Levantamento feito pela Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) mostra

que, nos seis primeiros meses de 2018, foram registrados 105 casos de violações contra jornalistas no país. Um ódio que se espalhou também no ambiente virtual. Em 10 de maio, o Facebook inaugurou no Brasil seu projeto de verificação de notícias, algo que deveria ser bem visto por aqueles que lutam contra a desinformação. É grave o relato de que profissionais incumbidos de verificar notícias falsas nessa plataforma tenham sido expostos e ameaçados antes mesmo de começarem a desmentir conteúdos maliciosamente distorcidos.

Países com democracias sólidas e textos constitucionais robustos conseguem garantir a liberdade de expressão e, ao mesmo tempo, um jornalismo político-eleitoral combativo, crítico e investigativo. Nos Estados Unidos, por exemplo, mais de 40 plataformas de checagem de dados trabalharam durante as eleições de 2016. Outras cinco participam hoje da iniciativa de verificação do Facebook. Não houve registros de agressões a seus jornalistas.

O jornalismo de qualidade pode incomodar, mas sua existência deve ser garantida. O TSE entende que os jornalistas são fundamentais no processo eleitoral:

dão ao eleitor informações vitais para que o voto seja exercido com consciência. Por isso, defende os profissionais que lutam para promover a participação ativa dos cidadãos no processo democrático e repele qualquer tentativa de silenciá-los.

“
O jornalismo
político-eleitoral
precisa ser livre para
apontar as
imprecisões do
discurso público e
investigar condutas
questionáveis. No
período de campanha,
ainda mais”

LUÍZ FUX, ministro do STF
(Supremo Tribunal Federal) e presidente
do TSE (Tribunal Superior Eleitoral)

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

STF legislando

Não estivesse o Congresso desmoralizado por seu envolvimento na corrupção endêmica uma de suas ações principais seria, no conflito intrapoderes, colocar como prioridade a defesa das suas prerrogativas seguidamente infringidas pelo Judiciário. E anteontem pintou mais uma, por obra e arte, do ministro Gilmar Mendes, a de mexer no Código de Processo Penal e atingir a condução coercitiva não para desidratá-la, contê-la e sim para interdita-la. E ainda nesse dia o ministro, em sua pregação sistemática oposta à Lava Jato, referiu-se à espetacularização nela embutida.

No debate nacional, que hoje flui do comportamento das suas instituições, é impossível evitar o espetáculo. Se a justiça pede a quebra de sigilo do presidente da República é difícil encarar o assunto sem algum espanto ou trauma; da mesma forma impossível não dar essa medida a tanto preso de colarinho branco entre políticos e empresários, mais estes do que aqueles. Tudo o que for nessa linha e mesmo um pouco abaixo pode ser tido como espetacular. Da mesma forma as travas que Gilmar Mendes estabelece não fogem à configuração, o que aliás, como tenho dito, é útil para o contraditório até para que não se santifique a Lava Jato ou a consagre como uma aspiração coletiva, argumento que é subjacente na fala do ministro ao populismo judicial.

Num país em que o Executivo arrumou um jeito de legislar impositivamente com o recurso das Medidas Provisória há muito o que fazer se se gastasse menos tempo em busca de propina. Um dos que primeiro tratou da espetacularização foi Gui Debord (uma baita figura da esquerda libertária que viajou do marxismo ao existencialismo e até à condição de punk) no texto "A sociedade do espetáculo" e seguido de Roger Gerard Schwitzemberg que desenvolveu o tema sob outra perspectiva em "O Estado espetáculo". O Brasil hoje não é só espetáculo com o seu time na Copa, mas também nas trapalhadas ministeriais do comovente bate-cabeças com os caminhoneiros na questão do frete. Chamá-los ou compará-los com os trapalhões daria direito a Renato Aragão e sua turma a pedir indenização judicial pela ofensa.

09 JUN 2018

10 JUN 2018

MAZZA

Próximos alvos

Com decisão do ministro Celso de Mello, decano do STF, está aberto o caminho para o juízo dos casos da senadora Gleisi Hoffmann e do marido, ex-ministro Paulo Bernardo. Se o ritmo for o normal Gleisi tem tempo para dirigir o PT e eleger-se deputada federal.

Por sinal que ontem tivemos em Curitiba a marcha pela liberdade de Lula, enquanto em Contagem, Minas, era lançada a candidatura do ex-presidente. Provas aliás de que no País o realismo fantástico não é literatura e sim o nosso cotidiano: um sentenciado disputando, ainda que na cadeia, a presidência da República. E também a história do presidiário, que se passou por juiz de direito, e quis engrupir, no meio da semana, o delegado que cuida de vigaristas.

CLAUDIO HUMBERTO

“A liberdade não pode sofrer restrições amparada em hipóteses ou conjecturas”

Ministro Gilmar Mendes (STF) ao justificar a soltura de um preso da Lava Jato

Humor sob censura

Na quarta (13), o STF deve decidir se os políticos podem continuar sendo alvo de sátiras. A Lei 9.054/97 proíbe, após as convenções, que emissoras de rádio ou televisão "ridicularizem candidato, partido ou coligação". Mas censura está suspensa por uma liminar desde 2010.

09 JUN 2018

FOLHA DE S. PAULO

Juízes vão ao Supremo contra regra de suspeição

A Associação dos Magistrados Brasileiros quer derrubar parte da legislação que prevê que juízes tenham que se declarar suspeitos de julgar casos em que cônjuges ou parentes atuam em escritórios que defendam uma das partes. A entidade entrou com ação direta de inconstitucionalidade no Supremo. A norma ganhou notoriedade quando a PGR pediu ao STF a suspeição do ministro Gilmar Mendes nos casos em que concedeu habeas corpus aos empresários Eike Batista e Jacob Barata Ribeiro, clientes do escritório onde atua a mulher de Gilmar, Guiomar.

FOLHA DE S. PAULO

OSCAR VILHENA VIEIRA

09 JUN 2018

Justiça, ainda que tardia

Moradora de rua do interior de SP teve esterilização determinada pelo Judiciário sem qualquer direito de defesa

Janaina é uma mulher pobre, em situação de rua, e que tem filhos. Por isso um membro do Ministério Público entendeu que ela deveria ser esterilizada. Como Janaina não consentiu ou voluntariamente se prontificou a realizar a cirurgia, o promotor propôs duas ações judiciais contra ela e o município de Mococa, com o objetivo de constrangê-la a realizar um procedimento de esterilização compulsória.

O juiz, sem sequer realizar uma audiência, nomear um defensor, ou exigir documentos que comprovassem o seu consentimento, determinou que a mulher fosse conduzida coercitivamente à cirurgia. Quando o recurso do município chegou ao Tribunal de Justiça de São Paulo, a mutilação já havia ocorrido.

O caso é escatológico. Em primeiro lugar o promotor utilizou-se de uma ação civil pública, que é um instrumento voltado a proteção de direitos difusos, coletivos ou individuais indisponíveis, para destituir uma pessoa de seu direito à dignidade e à integridade, além de constranger o município a praticar um ato manifestamente ilegal. Basta lembrar que Constituição expressamente proíbe que o Estado brasileiro interfira "coercitivamente" na decisão sobre a paternidade (artigo 226, parágrafo 7º), além do que, a lei 9.263/96, que regula o planejamento familiar, veda o controle de natalidade que tenha natureza demográfica.

Também causa perplexidade o fato do magistrado, dada a condição de vulnerabilidade de Janaina, não ter no-

meado um curador especial, no caso um defensor público, que representasse os seus interesses em juízo. Conforme expresso no acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, a decisão que determinou a cirurgia foi proferida sem que Janaina fosse ouvida ou defendida; e sequer uma audiência fosse realizada.

Para coroar esse processo bizarro, a Justiça de primeiro grau determinou que Janaina fosse conduzida "coercitivamente" ao procedimento cirúrgico. Aqui cumpre lembrar que essa é uma medida prevista no Código de Processo Penal, apenas para testemunhas ou acusados que se neguem a atender intimação. Aliás, por decisão liminar do Supremo, essa medida de natureza processual penal encontra-se suspensa (ADPF 444). Nada disso foi empecilho para que o magistrado empregasse a condução coercitiva para impor a supressão de um direito fundamental dessa mulher.

A esterilização coercitiva, com finalidades eugênicas e apuração da raça, foi largamente empregada pelo regime nazista. A China fez uso da esterilização coercitiva em massa para conter a natalidade. Os Estados Unidos a empregavam para punir criminosos. Mesmo no Brasil, como foi apontado por uma comissão parlamentar de inquérito, ainda em 1991, havia tolerância com políticas de esterilização coercitiva em massa, com finalidades demográficas.

Esse caso, ainda que possa ser considerado uma aberração jurídica, oferece uma

amostra do impacto perverso que a profunda e persistente desigualdade causa sobre o reconhecimento das pessoas como sujeitos de direitos. Embora o princípio da dignidade determine que todos devam ser tratados com igual respeito e consideração, a miséria e a marginalização parecem tornar largas parcelas de nossa sociedade moralmente invisíveis no dia a dia, perdendo, na realidade, sua condição de sujeitos de direitos.

Que a contundente decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo, que infelizmente não pode fazer o tempo voltar para Janaina, sirva de alerta e inspiração para quem têm por responsabilidade proteger direitos e não os violar.

FOLHA DE S. PAULO

Fornecedor contradiz filha de Temer e diz ter recebido R\$ 950 mil para reforma

Em depoimento à PF, ele disse que pagamento foi feito em dinheiro vivo e veio do caixa da empresa de coronel amigo do presidente

Camila Mattoso

BRASÍLIA Um fornecedor da reforma na casa de Maristela Temer, filha do presidente Michel Temer, declarou em depoimento à Polícia Federal que recebeu R\$ 950 mil em dinheiro vivo na sede da Argeplan, empresa de engenharia do coronel João Baptista Lima Filho.

O coronel é apontado por delatores como um intermediário de Temer para o recebimento de propina. O presidente nega as suspeitas.

A Folha teve acesso ao depoimento de Luiz Eduardo Visani, prestado no dia 29 de maio. Sua empresa tratou de reforma do telhado, acréscimo de dois terraços e algumas alterações na área externa.

Segundo Visani, os pagamentos "totalizaram aproximadamente R\$ 950.000,00". Os valores, afirmou, foram "recebidos em parcelas, diretamente no caixa da empresa Argeplan", entre novembro de 2013 e março de 2015, período de execução da obra. Ele contou ainda que recebia mensalmente os valores.

Para os investigadores, o depoimento é fundamental porque Visani afirmou que recebeu os recursos diretamente da Argeplan.

A filha do presidente disse, em depoimento no dia 3 de maio, que "somando superficialmente os valores, acredita ter gasto algo em torno de R\$ 700.000,00 na obra".

Além de Visani, outros for-

necedores prestaram serviços à obra, investigada sob a suspeita de que o presidente tenha lavado dinheiro de propina com reformas em imóveis de familiares e em transações imobiliárias em nomes de terceiros, na tentativa de ocultar bens.

Segundo os relatos à PF até agora, a obra custou R\$ 1,2 milhão. Visani avaliou que pode ter custado R\$ 1,5 milhão.

Ele afirmou à PF que sugeriu receber por meio da conta bancária de sua empresa, mas que a mulher do coronel, Maria Rita Fratezi, informou que os pagamentos seriam feitos "diretamente na Argeplan, em dinheiro vivo". Os recibos e contratos foram elaborados em nome de Maristela Temer, a pedido de Maria Rita, segundo Visani.

O fornecedor disse que recebeu em agosto de 2013 um telefonema do coronel, que se identificou como "Lima da Argeplan". Visani afirmou que, logo no início das obras, foi informado de que era um imóvel de Maristela. "Vindo a saber na sequência que se tratava da filha do então vice-presidente Michel Temer".

Segundo ele, "a pedido de Maristela Temer", foi feita uma entrada independente para o consultório dela, psicóloga.

O fornecedor afirmou ter encontrado com ela quatro vezes na obra, mas que as tratativas eram feitas com a mulher de Lima. Visani disse que nunca conversou com Maristela sobre orçamento.

REFORMA DA FILHA DE TEMER

- PF suspeita que reforma foi maneira de Temer lavar dinheiro de propina recebida de empresas que operam no porto de Santos

- Intermediário teria sido o coronel João Baptista Lima Filho, amigo de Temer e arrecadador de recursos para suas campanhas

- Filha de Temer disse em depoimento que reforma com recursos próprios e empréstimo e teria custado R\$ 700 mil; fornecedor diz que recebeu R\$ 950 mil em dinheiro vivo

As suspeitas sobre a obra integram o inquérito que apura se houve pagamento de propina em um decreto do setor portuário, editado pelo governo Temer em maio de 2017.

A PF apura se Temer recebeu, por meio do coronel, propina da empresa Rodrimar em troca da edição do decreto que teria beneficiado companhias do porto de Santos.

Para investigadores, a origem do dinheiro das obras são a JBS e uma empresa contratada pela Engevix. Executivos da JBS afirmaram em delação que repassaram R\$ 1 milhão a Temer, com intermediação do coronel, em setembro de 2014.

Um dos sócios da Engevix, José Antunes Sobrinho, em proposta de colaboração, disse ter sido procurado por Lima com um pedido de R\$ 1 milhão para a campanha do emedebista, também em 2014.

Planalto, filha de Temer e coronel não se manifestam

OUTRO LADO

A Folha procurou as defesas de Lima, Maristela e o Planalto, que não se manifestaram.

Em depoimento no dia 3 de maio, Maristela disse que seu pai indicou o coronel para ajudá-la na reforma, mas que a fez por conta própria e que a mulher de Lima apenas a ajudou, sem receber por isso.

Colaborou Angela Boldrini

MÔNICA BERGAMO

TIRO AO ALVO

A PF (Polícia Federal) voltou suas baterias contra a Libra, uma das empresas envolvidas no escândalo dos portos.

ALVO 2 Em uma das petições sigilosas enviadas ao STF (Supremo Tribunal Federal), o órgão diz que “inicialmente, o objetivo da investigação seria apurar benefício à empresa Rodrimar” com a edição de decreto assinado por Michel Temer que ampliava o prazo para a exploração de áreas portuárias. “Todavia”, diz a PF, “foi identificado que, na verdade, o decreto beneficiou a empresa Libra”.

FICHA O mesmo documento faz conexão entre o suposto benefício à Libra e repasses que teriam sido feitos a Temer e ao coronel João Baptista Lima nos anos 1990.

MOFO A Libra nega irregularidades. O Palácio do Planalto desqualifica a investigação afirmando que ela é um “escândalo digno do Projac [complexo de estúdios da TV Globo]”. Uma planilha com supostos repasses a Temer, por exemplo, estaria em outro inquérito que já tinha sido arquivado há anos pelo próprio STF.

MOFO 2 O Planalto questiona a própria autenticidade da planilha que mostraria o suposto pagamento de mesadas a Temer. Ela já teria sido inclusive “renegada” pela pessoa que “involuntariamente” anexou a papelada no passado a um processo de separação.

NOPALCO A ministra Rosa Weber, do STF (Supremo Tribunal Federal), aceitou o pedido da professora Janaina Paschoal, da USP, que defendeu o impeachment de Dilma Rousseff, para expor numa audiência pública que discutirá na corte a descriminalização do aborto. Ela milita contra a proposta.

09 JUN 2018

FOLHA DE S. PAULO

STF cobra R\$507 mi em multas de mais 46 transportadoras

Reynaldo Turollo Jr.

BRASÍLIA O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes aplicou multas de R\$ 506,8 milhões a empresas de transportes que descumpriram decisão anterior sua para desobstruir estradas durante a paralisação dos caminhoneiros.

Em decisão nesta sexta-feira (8), Moraes atendeu a um novo pedido da AGU (Advocacia-Geral da União), que representa a Presidência da República.

Essa é a terceira leva de empresas listadas pelo órgão descumpridoras da decisão do Supremo. Ao todo, já foram multadas 151 empresas.

O valor total das multas supera R\$ 700 milhões.

As transportadoras terão 15 dias para fazer o depósito das multas, conforme a decisão do Supremo.

“Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será determinada a penhora de bens dos executados, com prioridade para dinheiro depositado em instituição financeira”, escreveu o ministro.

As multas referem-se ao descumprimento de uma liminar concedida por Moraes no quinto dia do movimento dos caminhoneiros, a qual determinou o desbloqueio de rodovias em todo o país sob pena de multa de R\$ 100 mil por hora.

PAINEL

OLHO POR OLHO... Integrantes da ANPR (Associação Nacional dos Procuradores da República) querem entrar com uma ação contra o ministro do STF, Gilmar Mendes, contrariados com as críticas do magistrado à categoria. A direção da entidade fará uma consulta aos associados antes de iniciar a ofensiva judicial.

...DENTE POR DENTE. A enquête direcionada aos cerca de 1.300 filiados da ANPR deve ocorrer em agosto. A entidade espera obter autorização para ingressar com ação civil contra o ministro — neste caso, o julgamento caberia à primeira instância da Justiça.

VAI TER VOLTA Se for levada adiante, a ofensiva da ANPR tem potencial para deteriorar as relações entre procuradores e o Supremo. Gilmar Mendes pode ser o mais enfático, mas não é o único ministro da corte a criticar não só a conduta como também os métodos de investigadores.

09 JUN 2018

FOLHA DE S. PAULO

TSE falha ao tentar separar verdade e mentira

Publicações contestadas por Marina, que foram removidas por ordem do tribunal, se basearam em notícias verdadeiras

ANÁLISE

Ricardo Balthazar

SÃO PAULO A decisão do Tribunal Superior Eleitoral que mandou remover publicações consideradas ofensivas pela ex-senadora Marina Silva, pré-candidata da Rede à Presidência da República, expõe as dificuldades que a Justiça encontrará se quiser conter a proliferação de notícias falsas nas eleições deste ano.

Em despacho publicado pelo TSE na quinta (7), o ministro Sérgio Banhos mandou tirar do ar cinco publicações feitas no ano passado por uma página no Facebook, o Partido Anti-PT. Os administradores da conta se mantêm no anonimato, e a página tem mais de 1,7 milhão de seguidores.

As publicações associam Marina a pagamentos feitos por empreiteiras investigadas pela Operação Lava Jato e foram tratadas como mentirosas, mas são todas baseadas em notícias verídicas publicadas pela Folha e por outros veículos de comunicação.

Em junho de 2016, quando negociava um acordo de delação premiada com a Procuradoria-Geral da República, o empreiteiro Léo Pinheiro disse que a OAS fez contribuições ilegais para a campanha presidencial de Marina em 2010, usando dinheiro de caixa dois.

A notícia foi publicada pelo jornal O Globo e confirmada pela Folha. A empreiteira de fato fez uma contribuição para o partido de Marina, que era filiada ao PV em 2010. Foram R\$ 400 mil para o diretório do Rio, registrados como a lei

exigia e como o ex-deputado Alfredo Sirkis, que presidia o partido, reconheceu em 2016.

Na época, Marina negou ter recebido doações ilegais e lembrou que sua campanha recebeu e declarou contribuições de outras empresas sob investigação, como a Andrade Gutierrez e a Camargo Corrêa. Ou seja, ela disse, a ideia de que tentara esconder a doação da OAS não fazia sentido.

Sirkis e o empresário Guilherme Leal, um dos donos da Natura e companheiro de chapa de Marina na campanha de 2010, admitiram que trataram da contribuição com Léo Pinheiro, mas negaram ter solicitado que fosse feita sem registro na contabilidade oficial.

Como as negociações do empreiteiro com a Lava Jato não foram concluídas até hoje e sua delação não foi homologada pela Justiça, é impossível esclarecer as contradições entre ele e os aliados de Marina.

A ex-senadora também conseguiu que fossem removidas publicações sobre doações que ela recebeu da Odebrecht na campanha de 2014, no valor total de R\$ 1,2 milhão, todas feitas legalmente. A própria Marina reconheceu o recebimento desse dinheiro há um ano, quando vieram à tona as delações da Odebrecht.

As publicações contestadas por Marina e agora removidas do Facebook ofereciam links para notícias em outro site. Embora os títulos das publicações possam ser considerados enganosos, por tratar doações como propina e Marina como delatada, o conteúdo das notícias pouco se afasta do que os jornais publicaram.

No despacho do ministro Banhos, a queixa de Marina é resumida assim: "Não existem provas de que Marina Silva esteja associada a atos de corrupção; além disso, não figura como ré ou investigada em nenhum processo relacionado à Operação Lava Jato".

É verdade. Mas, se seu nome fosse trocado pelo do ex-governador Geraldo Alckmin, pré-candidato do PSDB, os mesmos argumentos poderiam ser usados para contestar notícias como as que a Folha publicou recentemente, sobre empresas que afirmam ter feito doações ilegais para suas campanhas, o que ele nega.

Ao contrário do que fazem sites maliciosos e páginas como a do Partido Anti-PT, jornais como a Folha procuram tratar esse tipo de informação com rigor, abrindo espaço para contestação dos acusados e corrigindo eventuais erros.

Mas isso pode não ser suficiente para torná-los imunes a ações de políticos contrariados se, a pretexto do combate a notícias falsas, prevalecerem critérios como os adotados pelo ministro Banhos.

No seu despacho, ele discorre sobre as incertezas do mundo dominado pela "pós-verdade" e os "tempos líquidos" do sociólogo e filósofo polonês Zygmunt Bauman (1925-2017), mas evita examinar de perto o conteúdo das notícias contestadas por Marina.

CONTINUA

09 JUN 2018

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Ao descrever a página do Partido Anti-PT, ele critica a publicação de “notícias inflamatórias e sensacionalistas” e dados de “veracidade questionável” e aponta características que identifica nas notícias falsas: “A manchete sensacionalista, a prevalência da primeira pessoa no texto, erros de gramática e coesão e o uso de palavras de julgamento e extremismo”. Se a régua for essa, será difícil separar verdades e mentiras na eleição.

Rigor adotado
pelos jornais pode
não ser suficiente
para torná-los
imunes a ações
de políticos
contrariados se,
a pretexto do
combate a notícias
falsas, prevalecerem
critérios como
os adotados pelo
ministro Banhos
no caso de Marina

FOLHA DE S. PAULO

GASPARI

10 JUN 2018

Cármen fechou a roleta do STF

Advogados espertos criaram um sistema de roleta para conseguir habeas corpus no Supremo Tribunal. Quando vem negada sua petição por um ministro, começam tudo de novo, esperando contornar o ministro que os desatendeu. Confiam no sorteio, até que o caso caia nas mãos de um voto amigo.

Em outubro do ano passado um pedido foi para o ministro Luís Roberto Barroso e ele negou o habeas. Com a mesma documentação, pediram de novo em novembro e o caso foi para o ministro Dias Toffoli.

Nova negativa e nova tentativa. Por sorteio, o pedido voltou a Barroso e ele voltou a negar o habeas. Tentaram de novo em fevereiro deste ano. Na mão do ministro Edson Fachin, tiveram a quarta negativa. Em março, insistiram. Na quinta investida, o caso caiu de novo na mesa de Toffoli e ele voltou a negar. Na sexta tentativa, sempre por sorteio, o processo voltou para Barroso. Falta de sorte.

Noutro caso, o habeas corpus foi negado pelo ministro Alexandre de Moraes. Na segunda tentativa o ministro Fachin também negou-o. Novo sorteio mandou o processo para a ministra Rosa Weber, terceira negativa. A cada pedido os advogados colocavam os ministros que os desatenderam como autoridades coatoras. Desse jeito aumentavam suas chances de levar o processo a um ministro simpático. Num terceiro caso a manobra gerou o circuito Luis Fux-Alexandre de Moraes-Celso de Mello, sempre com negativas.

A presidente Cármen Lúcia fechou a roleta e determinou que o primeiro caso deve ficar com Barroso, o segundo, com Rosa Weber e o terceiro com Fux.

Fez mais, mostrou que o joguinho "configura abuso do direito e defesa" e mandou que as esperanças fossem comunicadas à Ordem dos Advogados do Brasil.

Excelsos viajantes

Os 11 ministros do Pretório Excelso já tinham uma sala exclusiva no aeroporto de Brasília. Agora o Supremo Tribunal Federal tem outra área especial, que custará à Viúva R\$ 374 mil anuais, ervanário superior a um ano de salário do presidente da República.

Cada doutor dispõe de um servidor para puxar a cadeira quando senta ou levanta no plenário.

Ócio

Nos quatro próximos domingos o signatário exercitará o ócio.

PAINEL DO LEITOR

Os ministros do STF suspenderam o voto impresso nas eleições. Atenderam pedido da Procuradora-Geral da República e com isso poucas pessoas decidiram por milhões de eleitores. A impressão é que o Brasil está sob controle de pequenos grupos. Por que o Congresso não leva em consideração todo o eleitorado? Uma questão tão importante merece amplo debate antes da decisão ("Supremo suspende a exigência de voto impresso nas eleições deste ano", Poder, 7/6).

Uriel Villas Boas (Santos, SP)

FOLHA DE S. PAULO

DANIO DE FREITAS 10 JUN 2018

Psss, foi só mais um crime

As circunstâncias da morte de Marielle estão cada vez

mais longe de resposta

Item de maior clamor na violência atual, as circunstâncias da morte de Marielle Franco estão, com o tempo, mais distantes da resposta que as investigações iniciais prenunciavam. Não parece ser o caso de responsabilizar a polícia. Antes cabe reconhecer que o crime não foi obra apenas de matadores profissionais. A execução planejada e realizada com os requintes mais aguçados para estender o êxito do crime à frustração das investigações.

Mesmo o que aparente clarear alguns pontos pode ser ainda mais intrigante. Foi assim com as cápsulas de metralhadora incomum.

No presente estágio das perplexidades, assumiu relevância uma testemunha espontânea e não identificada que traz informações com nomes e pormenores precisos, como se fossem o relatório final de competente investigação.

Quem estava no carro dos matadores, quando e em que restaurante foi decidido o fim de Marielle, conversas que o informante assistiu ou de que até participou.

Grande presente. E gratuito, além de voluntário. Mas, se não suscitou indagações, ao menos indagações que chegassem às notícias, a aceitação do pacote é tão exótica quanto seu conteúdo. Cá entre nós, alguém daria pormenores que permitiriam sua fácil identificação pelos denunciados do crime, mandantes e executores? No que diz sobre o que viu e ouviu, o informante se identifica para ser o próximo executado.

Com esse testemunho original, surge no caso Marielle

uma segunda investigação necessária: trata-se de saber se as informações são uma via ou um descaminho perturbador. Talvez outra interrogação sem resposta, considerando-se que, no dizer recente de um delegado, esclarecer a morte de Marielle Franco exigiria abandonar muitas outras investigações. Precisamos pedir aos assassinos contumazes que, em atenção às dificuldades funcionais e materiais da polícia, diminuam temporariamente a sua produção.

Por outros motivos, é também interessante a falta de seguimento de um caso surgido de relance e desaparecido sem rastro no começo de maio. Não menos de 120 mandados judiciais de busca e apreensão buscaram, naqueles dias, comprovações da fraude cometida por ao menos 30 prefeituras de São Paulo. Nelas, um cartel de cinco empresas fraudava os valores e o material para escolas. Sobretudo a merenda escolar, em que o leite pago era substituído por refresco, a carne por um ovo, o pão por uma bolacha.

Em 20 anos de licitações e fornecimentos fraudados, houve o desvio de ao menos R\$ 1,6 bilhão de verbas escolares municipais. Roubar na alimentação de crianças é monstruosidade. Só na capital São Paulo, foram realizadas 13 buscas.

Em Araçatuba, por exemplo, dos R\$ 3,2 milhões recebidos, em dois períodos, do Programa Nacional de Alimentação Escolar, R\$ 2,2 milhões foram desviados.

A busca de documentos deu-se também em Brasília, Salvador e Curitiba, a pura. A Polícia Federal pediu a prisão de 62 pessoas, nem uma só autorizada pelo Judiciário. Não se sabe por que os pedidos, nem as recusas. Não se sabe de mais nada, sobre parte alguma desse crime revoltante, desde o começo de maio. Por quê, também não se sabe.

Também não se sabe, mas se sabe por que não se sabe, se a razia feita pelo delegado Gastão Schefer Neto, da PF, no acampamento de petistas em Curitiba custou-lhe algo. O policial resolveu acabar com o "bom dia, Lula", gritado às sete horas. Considerou-o cedo demais. É, porém, até para as mais barulhentas obras, a hora de término legal do silêncio obrigatório. Apesar dos dorminhocos.

Cinco dias antes, de madrugada foram disparados tiros contra os petistas acampados. Um mês antes, sempre no Paraná, houve disparos contra um ônibus da caravana de Lula pelo Sul. Era o ônibus dos repórteres.

Por aqui, não é preciso serem crimes refinados para serem crimes apagados.

10 JUN 2018

FOLHA DE S. PAULO



11 JUN 2018

FOLHA DE S. PAULO

Moro passa afastado em média 2 dias por mês para viajar dentro e fora do país

Desde início de 2017, juiz pediu 37 dias de afastamento para palestras e homenagens; assessoria diz que troca de experiências é importante

MORO VIAJA

6.fev.17
Palestra sobre governança e combate à corrupção na Universidade de Columbia, em NY

22 a 24.fev.17
Seminário sobre corrupção em Lima (Peru)

17.mar.17
Palestra para empresários em Maringá (PR)

3 e 4.abr.17
Palestra no Colégio de Advogados de Buenos Aires

19.abr.17
Solenidade em Brasília em comemoração ao Dia do Exército; recebe medalha de honra

24 e 25.abr.17
Dá aula de Direito e Crimes Financeiros na PUC-RS



Moro com medalha de honra que recebeu em evento comemorativo ao Dia do Exército Pedro Ladeira - 19.abril.17/Folhapress

12 a 15.mai.17
Fala em evento na London School of Economics

4 e 5.dez.17
Palestra sobre corrupção na Universidade de Coimbra, em Portugal

10.abr.18
Palestra no Fórum da Liberdade, em Porto Alegre (RS)

16 a 19.abr.18
Painel sobre colarinho branco em Harvard (EUA)

21.mai.18
Formatura da Universidade de Notre Dame (EUA)

1 a 5.jun.18
Homenageado em Mônaco

CONTINUA

Ana Luiza Albuquerque

CURITIBA Para assistir à ópera diretamente do camarote real em Mônaco, no início do mês, o juiz Sergio Moro precisou tirar uma licença de cinco dias de suas atribuições na 13ª Vara Federal de Curitiba (PR).

A viagem, revelada pelo Painei, não foi a primeira: desde o início de 2017, ele pediu 37 dias de afastamento — média de 2 por mês, fora férias.

Segundo a assessoria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ao qual a vara de Moro está ligada, em 19 destes dias outro magistrado foi designado para substituí-lo, acumulando sua carga de trabalho com a do titular da Lava Jato.

Nos outros 18 dias, Moro manteve-se à frente da operação remotamente. Exemplos de decisões tomadas por ele à distância foram as condenações do ex-deputado Eduardo Cunha (MDB) e do ex-ministro Antônio Palocci.

Segundo o TRF-4, o uso do processo eletrônico permite que o juiz faça quase tudo em qualquer lugar com acesso à internet. Só não é possível atender advogados e realizar audiências.

Dos 37 dias afastado, Moro esteve no exterior em 20. Foi a Mônaco, EUA, Portugal, Reino Unido, Argentina e Peru.

Em Mônaco, conheceu o príncipe Alberto 2º, soberano local. Nos EUA e em Portugal, foi a universidades falar sobre o combate à corrupção. No Reino Unido, esteve na London School of Economics.

O magistrado também lançou mão de suas férias para cumprir a movimentada agenda. Recentemente, tirou nove dias para ir a Nova York (EUA) participar de encontros organizados por bancos, centros de estudos e grupos empresariais, como o Lide, ligado ao ex-prefeito João Doria (PSDB).

Aproveitou e esticou a viagem para discursar na cerimônia de formatura da Universidade de Notre Dame (Indiana). No dia seguinte, com o fim das férias, não compareceu ao trabalho — pediu mais um dia de afastamento.

O juiz foi custeado pelo TRF-4 só em uma viagem, a serviço, em novembro de 2017, quando esteve em Porto Alegre para ministrar um curso de formação inicial da carreira na magistratura. As outras viagens foram pagas por quem o convidou ou por ele próprio.

Nas ausências, Moro continuou recebendo seu salário de forma integral — R\$ 28.948, sem contar benefícios.

Os afastamentos estão previstos nos artigos 108, 128 e 129 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região.

O primeiro artigo afirma que, em caso de necessidade particular, os magistrados devem solicitar o afastamento, justificando o pedido e especificando o período.

O artigo 128 diz que, quando o juiz for convidado como conferencista, palestrante ou painelista, o afastamento também pode ser autorizado.

Já o artigo 129 afirma que, com exceção de incontornáveis prejuízos aos serviços judiciais, são permitidos os afastamentos para atividades relativas às associações de classe da magistratura “pela importância de que se revestem e por consistirem fator de união da classe e de troca de experiências”.

Viagens fortalecem cooperação e não têm custo, diz Justiça

OUTRO LADO

Em nota, a Justiça Federal do Paraná disse que as viagens do juiz são pagas por ele próprio ou pelas organizações responsáveis pelo convite.

“Não há dispêndio de dinheiro público, nem patrocínios controvertidos, nem palestras remuneradas.”

A assessoria afirma que a viagem a Mônaco, por exemplo, foi relevante para agradecer às autoridades locais pela cooperação com o Brasil ao enviar documentos bancários relativos a depósitos de milhões de euros e dólares em propina.

“ [Houve] Também a intenção de enfatizar [...] os esforços do Brasil em incrementar a aplicação da lei e diminuir os níveis de corrupção, o que fortalece a imagem do país perante a comunidade internacional.”

A assessoria diz ainda que o trabalho na 13ª Vara é conhecido pela sua eficiência e que o estreitamento dos laços para a cooperação jurídica internacional favorece as investigações.

Quanto a possível sobrecarga para juízes que precisam substituir Moro em suas ausências, a assessoria do TRF-4 disse não haver problema.

“Até porque faz parte da estrutura da Justiça Federal ter dois magistrados em cada Vara, sendo um o substituto automático do outro. Ou seja: não há um efeito cascata.”

11 JUN 2018

FOLHA DE S. PAULO

DAVI DEPINE

Mestre em direito processual penal (USP) e defensor público-geral do estado de São Paulo

Justiça ao alcance de todos

Apesar de menos verbas, Defensoria amplia atendidos

A crise econômica verificada nos anos recentes impactou sobremaneira a Defensoria Pública paulista.

O principal desafio enfrentado nos últimos dois anos foi fazer frente a uma demanda crescente por assistência jurídica gratuita, já que muitas famílias sofreram uma significativa perda de poder aquisitivo —ao mesmo tempo em que os recursos destinados à instituição diminuíram sensivelmente, pela circunstância especial de cerca de 85% de nosso orçamento ser composto por parcela de um fundo oriundo de custas arrecadas por cartórios extrajudiciais, que variam de acordo com o cenário econômico.

Com apoio do Executivo e um significativo contingenciamento de gastos internos, conseguimos superar um grave período sem nenhum prejuízo à população que utiliza os serviços prestados pela instituição, mantendo o pleno funcionamento de nossas 66 unidades e de todas as nossas políticas de atendimento.

O alcance desse reequilíbrio financeiro permite que a Defensoria possa voltar a priorizar, de modo responsável, reforços em sua estrutura e funcionamento, otimizando ca-

da vez mais o serviço público prestado à população carente.

Esse é o principal desafio para meu segundo mandato à frente da Defensoria Pública Geral, iniciado neste último mês de maio, após eleição interna entre membros da carreira e posterior nomeação pelo governador Márcio França:

Em 2017, a Defensoria paulista contabilizou 1,8 milhão de atendimentos —maior número em seus 12 anos de existência. Essa cifra demonstra a enorme carência por assistência jurídica gratuita, que envolve diversas frentes de atuação.

Na área penal, a Defensoria desenvolve desde 2014 pioneira política de atendimento a presos provisórios em centros de detenção de todo o estado, em parceria com a Secretaria de Administração Penitenciária.

A essa atividade soma-se também a atuação destacada nas audiências de custódia implementadas nos últimos anos, uma importante medida de controle de legalidade e necessidade de prisões provisórias, num país cuja questão prisional é nada menos do que uma pauta civilizatória.

Ainda nessa seara, defensores paulistas foram responsáveis pela impe-

tração de 28 mil habeas corpus em 2017 —11 mil deles perante o Superior Tribunal de Justiça, tribunal no qual foi obtido um índice de sucesso total ou parcial superior a 50%. Hoje, a defesa efetiva e eficaz de réus pobres nos tribunais superiores é uma realidade em São Paulo, fruto de um trabalho planejado e de litigância estratégica.

Mais para além da área penal, a maior parte dos recursos da Defensoria está direcionada ao atendimento de casos cíveis —que abarcam desde casos individuais na área de família, com prioridade para resolução extrajudicial e mediada de conflitos, quanto a questões mais complexas que envolvem diversos direitos fundamentais, como questões habitacionais coletivas, atendimento especializado à população em situação de rua, proteção contra discriminação de minorias, entre outros.

Nesse aspecto, destaca-se recente decisão do STF, proferida na ADI 3.943, que reafirmou a legitimidade da Defensoria Pública para propositura de ações coletivas.

Em seu voto condutor, a ministra Cármen Lúcia já havia ressaltado a necessidade de se “retirar obstáculos para que os pobres tenham acesso à Justiça como forma de diminuir desigualdades e reforçar a cidadania”.

Podemos afirmar que a sociedade já pode vislumbrar os efeitos positivos do modelo constitucional de Defensoria Pública previsto em nossa Constituição de 1988, embora tenhamos muito a avançar em nossa missão de zelar pela efetiva proteção dos direitos fundamentais das pessoas necessitadas.

11 JUN 2018

FOLHA DE S. PAULO

Conchavo de elite

Enquanto o país enfrentava os transtornos provocados pela paralisação dos caminhoneiros, as corporações do serviço público tratavam com diligência de seus interesses. No estado e na capital de São Paulo, o funcionalismo conquistou novos e descabidos privilégios.

A Assembleia Legislativa aprovou em segundo turno uma emenda constitucional que eleva o teto de vencimentos dos servidores paulistas de R\$ 21 mil para R\$ 30 mil. Em vez do salário do governador, equipara-se o vencimento máximo aos dos desembargadores estaduais.

Calcula-se que o impacto da medida vá ser crescente, atingindo quase R\$ 1 bilhão anual a partir do quarto ano de vigência. Beneficia-se uma elite de 5.000 funcionários, de um total de 700 mil.

Dos 72 parlamentares presentes na votação, 67 foram favoráveis, numa mostra de amplo apoio partidário que abarcou também o PSDB — 13 de seus 19 deputados votaram pelo aumento.

A votação da proposta estava travada desde o ano passado, por objeção do governo estadual. Desde que Marcio França (PSB) assumiu o Bandeirantes, contudo, as bar-

reiras foram caindo. A votação em primeiro turno ocorreu em abril, mês da troca de guarda.

O outro caso nefasto foi a aprovação pela Câmara Municipal paulistana, por 32 votos a 8, de um generoso pacote de benefícios, ao custo de R\$ 44 milhões ao ano.

São auxílios para alimentação (de R\$ 573 mensais, em adição aos R\$ 48 diários já pagos) e saúde (até R\$ 1.079 mensais), além de bônus de até R\$ 16 mil para os funcionários mais bem pagos.

O episódio se revestiu de aspectos ainda mais reprováveis quando vários parlamentares, alarmados pela repercussão negativa, declararam ter votado sem saber do que se tratava. Segundo o vereador Caio Miranda (PSB), crítico do projeto, essa prática faria parte da "cultura legislativa".

Sabe-se que a ação predatória do corporativismo tem mais chance de sucesso em anos de eleição, quando os políticos buscam distribuir benesses mais visíveis.

Mais espantoso, contudo, é considerar que favorecer os setores mais privilegiados do funcionalismo possa se confundir com uma agenda verdadeiramente popular.

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

A BÍBLIA
DO DÓLAR

11 JUN 2018

O MPF-RJ (Ministério Público Federal do Rio de Janeiro) usou apenas a metade das informações da delação premiada dos doleiros Vinicius Claret, o Juca Bala, e Claudio Fernando, o Tony, presos no Uruguai e extraditados para o Brasil. Os depoimentos deles aos procuradores somam mais de cem anexos.

TESTEMUNHO Do total, cerca de 50 foram usados para deflagrar a operação Câmbio, Desligo, que denunciou mais de 60 pessoas. Entre elas está o ex-governador Sérgio Cabral e o doleiro Dario Messer, tido como o “doleiro dos doleiros”.

RITMO Os advogados de Lula questionam, no STF (Supremo Tribunal Federal) e no STJ (Superior Tribunal de Justiça), o ritmo agora implantado pelo TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região) para apreciar o recurso que permitiria levar a discussão sobre a condenação do ex-presidente às instâncias superiores.

RITMO 2 O TRF-4 foi célere ao apreciar a condenação imposta pelo juiz Sergio Moro a Lula. O relator do processo, desembargador João Pedro Gebran Neto, levou 36 dias para concluir sua análise. O revisor, Leandro Paulsen, liberou o seu parecer em seis dias. No total, os dois demoraram 42 dias para analisar todas as acusações e as peças de defesa.

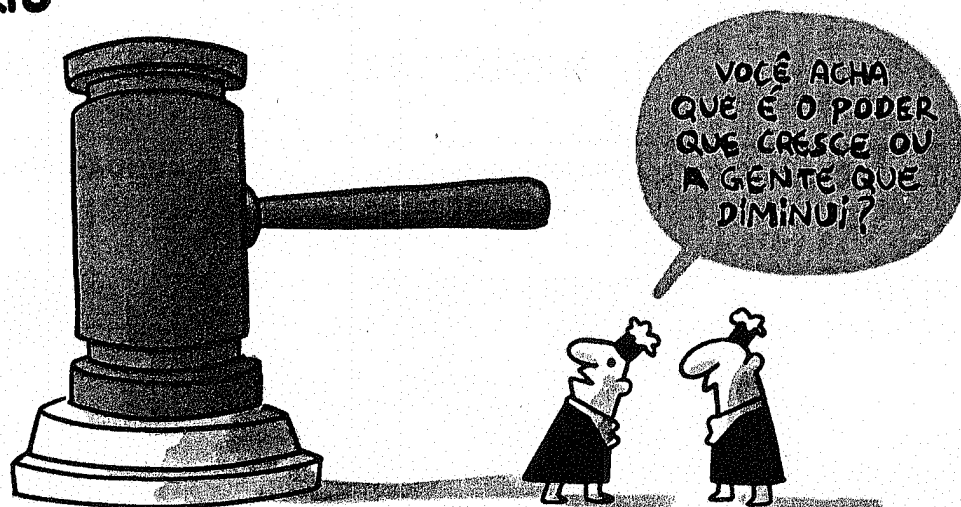
RITMO 3 A intimação eletrônica para que o Ministério Público Federal apresentasse resposta aos recursos de Lula demorou, apenas para ser efetivada, o mesmo tempo que os desembargadores levaram para ler todo o processo: 42 dias.

11 JUN 2018

FOLHA DE S. PAULO

João Montanaro

JUDICIÁRIO



09 JUN 2018

O ESTADO DE S. PAULO

As celebridades do STF

Ao custo anual de R\$ 374,6 mil para os cofres públicos, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) dispõem de um espaço especial na área de embarque do Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, em Brasília, informa o jornal *O Globo*. Com a nova benesse, os ministros da Suprema Corte não precisam se juntar aos demais passageiros na hora de embarcar, como ocorria antes, quando contavam com uma sala vip no aeroporto. Agora, o STF tem não apenas uma área reservada para seus ministros, mas há um procedimento de embarque exclusivo. Achem melhor não se misturar com o povo. Contato com o populacho, só por intermédio das ondas esterilizadoras da televisão e do rádio oficiais.

Do espaço alugado pelo STF, uma van leva o ministro até o local da aeronave, e o embarque é feito por uma escada lateral no finger. O procedimento "está relacionado à segurança dos ministros", informou a assessoria do tribunal.

Certamente, há outros meios de prover a segurança dos ministros no Aeroporto de Brasília que não seja esse alijamento do contato com o público. Basta pensar que, se fosse estritamente necessário para a segurança pessoal dos ministros, o Supremo teria de providenciar uma mordomia semelhante em vários aeroportos do País.

Mais do que segurança, esse afastamento do público assegu-

ra o lenitivo de não ter de lidar com passageiros malcriados na fila de embarque. Os ministros ficam ainda sujeitos, é verdade, a alguma provocação durante o voo, mas certamente deve estar em estudo no STF alguma medida para eliminar esse risco residual. A notoriedade alcançada pelos ministros da Suprema Corte tem o seu custo - e é o contribuinte que está sendo chamado a pagar o preço.

A área especial no Aeroporto de Brasília custa mais de R\$ 30 mil por mês no orçamento do Poder Judiciário. Dada a natureza do serviço, o valor não é exorbitante. Já se sabe que oferecer tratamento de celebridade nunca é barato. O exorbitante é que o STF se proponha a oferecer esse mimo aos seus ministros à custa do dinheiro da população.

Em vez de agregar novos serviços e novos custos ao orçamento do Judiciário, não faria mal que o Supremo reavaliasse por que seus ministros se tornaram celebridades - e nem sempre simpáticas e populares. Se o trabalho no STF confere aos ministros tal notoriedade, a ponto de ser necessário protegê-los do contato com o público, certamente há algo nesse trabalho que está desajustado.

A missão da Justiça, especialmente do Supremo, é trazer paz aos conflitos e às demandas sociais. As decisões do STF devem amainar os ânimos, e não exaltá-los. Não há dúvida de que os julgamentos de uma corte constitucional podem desagradar a uma parcela da popu-

lação. Isso, no entanto, não transforma os ministros do Supremo em protagonistas de reality shows.

Em países desenvolvidos, os integrantes de uma corte constitucional são simplesmente juizes. Podem circular pelas ruas, sem provocar maiores animosidades. E suas prerrogativas e direitos já são muito generosos. Nos Estados Unidos, por exemplo, apenas o presidente da Suprema Corte tem direito a motorista.

Para a segurança dos ministros do STF é urgente rever as razões do protagonismo de integrantes da Suprema Corte. E a responsabilidade por essa situação não é a cobertura televisiva das sessões do STF, como às vezes se alega. Atualmente, há ministros do STF que, mesmo com toda a exposição pública que traz a TV, não se transformaram em estrelas públicas, já que atuam em consonância com o caráter austero e colegial do tribunal.

E se os ministros do STF precisam ter uma área especial no Aeroporto de Brasília, por que os do Superior Tribunal de Justiça (STJ), do Tribunal Superior do Trabalho (TST), do Superior Tribunal Militar (STM) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) também não devem ter? E ministros, deputados e senadores, e por aí vai. A isonomia de tratamento aconselharia, assim, uma urgente ampliação dos aeroportos. Os atuais são pequenos para comportar toda a gama de autoridades que não podem estar junto do povo.

O ESTADO DE S. PAULO

Remédios encontrados com Geddel na Papuda poderiam levar à morte, diz laudo

DIDA SAMPAIO/ESTADÃO-22/11/2016

Os remédios apreendidos com o ex-ministro Geddel Vieira Lima na cela em que está preso no Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília, poderiam causar a morte do emedebista se ingeridos de uma só vez. A conclusão é de laudo do Instituto Médico-Legal enviado à Justiça do Distrito Federal.

O **Estado** revelou, em abril, que centenas de comprimidos haviam sido encontrados em posse de Geddel na Papuda e que ele se recusara a passar por um exame pericial de emer-



gência, após ter sido visto com comportamento alterado por funcionários do setor de saúde do presídio. A Justiça determinou abertura de investigação sobre como os medicamentos chegaram ao ex-ministro.

Fachin nega pedido de liberdade de Palocci

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, rejeitou novo pedido de liberdade do ex-ministro Antonio Palocci, preso desde setembro de 2016 na Lava Jato. Para Fachin, a alegação da defesa – de que não há motivo para a manutenção da prisão – já foi discutida pelo STF em abril, quando a maioria da Corte apontou risco de reiteração ao crime por parte de Palocci, caso seja solto.

Dinheiro na Suíça é de imóvel, afirma Mantega

O ex-ministro Guido Mantega informou ao juiz Sérgio Moro que o US\$ 1,3 milhão mantido em sua conta na Suíça “tem origem em negócio imobiliário”, realizado com uma construtora pertencente a Victor Sandri. Moro havia intimado Mantega a prestar esclarecimentos sobre a conta. Sandri foi denunciado na Operação Zelotes. A defesa de Mantega entregou documentos a Moro na quarta-feira.

US\$ 1,3 mi
É A QUANTIA
MANTIDA POR
GUIDO MANTEGA
NA SUÍÇA

STF retoma julgamento sobre delação na PF

A presidente do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, marcou para quinta-feira a retomada do julgamento de ação sobre a possibilidade de delegados de polícia firmarem acordos de colaboração premiada. A Procuradoria-Geral da República ajuizou ação contra a possibilidade de a Polícia Federal fechar delação. Em dezembro, a maioria do STF admitiu a possibilidade de a PF firmar acordos, mas ministros divergiram sobre a necessidade de o Ministério Público dar aval ao acerto firmado pela polícia.

Barroso deixa deputado preso exercer mandato

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, autorizou anteontem o deputado João Rodrigues (PSD-SC), preso desde fevereiro na Papuda, a exercer mandato na Câmara. Rodrigues foi condenado pelo Tribunal Regional Federal da 4.^a Região (TRF-4) a 5 anos e 3 meses em regime semiaberto em 2009. O deputado foi acusado por fraude e dispensa irregular de licitação quando era prefeito interino de Pinhalzinho (SC). A defesa disse que Rodrigues voltará às atividades na segunda-feira.

SÔNIA RACY

Delação à mesa

A PF rói as unhas. Foi finalmente marcado – para dia 14 – o julgamento, pelo STF, da Adin que define se a PF pode fazer delação premiada.

Cercado de polêmicas, o tema foi levantado pela PGR, que é contra dividir a tarefa. O relator **Marco Aurélio Mello** deu parecer pela PF e o julgamento foi interrompido, em dezembro, já com mais cinco votos com o relator. Os de **Alexandre de Moraes**, **Luís Roberto Barroso**, **Rosa Weber**, **Luiz Fux** e **Antonio Dias Toffoli**.

09 JUN 2018

O ESTADO DE S. PAULO

COLUNA DO ESTADÃO

Nelson Jobim perdeu o prazo de filiação do TSE

O entusiasmo de um grupo do MDB em lançar o ex-ministro Nelson Jobim ao Planalto no lugar de Henrique Meirelles esbarra em um problema legal: Jobim não está filiado ao partido e o prazo para o registro foi até o dia 2 de abril. O presidente do MDB no Rio Grande do Sul, deputado Alceu Moreira, disse à Coluna que houve um “erro na remessa da ficha” ao cartório de Santa Maria (RS), que impediu a formalização do ato. Na semana passada, Jobim recorreu ao TRE para garantir a filiação. Sem legenda, ele fica impossibilitado de disputar.

● **Risco.** Alceu Moreira diz confiar que o TRE vai aceitar o ingresso do ex-ministro por haver precedentes de outros casos parecidos que foram confirmados.

2ª Turma vai julgar ação contra Gleisi

● O ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, liberou para julgamento ação penal da Lava Jato contra a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, e o marido da senadora, o ex-ministro Paulo Bernardo, réus por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Será o segundo julgamento de ação da Lava Jato na Segunda Turma da Corte. Não há data marcada para o julgamento, mas a expectativa é de que a análise ocorra ainda neste mês.

A denúncia contra Gleisi e Paulo Bernardo foi recebida pela Segunda Turma em setembro de 2016. O casal é acusado de cobrar e receber R\$ 1 milhão do esquema de corrupção na Petrobrás – o valor teria sido destinado à campanha dela ao Senado, em 2010. Procurada ontem, Gleisi não se manifestou. / RAFAEL MORAES MOURA e AMANDA PUPO

Justiça abre ação eleitoral contra Haddad

A Justiça Eleitoral abriu ação contra o ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad (PT) por recebimento de caixa 2 de R\$ 2,6 milhões na campanha que o elegeu em 2012. O petista, que não é considerado réu, é acusado no processo. Haddad é considerado ‘plano B’ do PT na disputa da Presidência caso o partido não consiga registrar a candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, condenado e preso na Lava Jato.

A denúncia foi entregue ao juiz Francisco Shintate, da 1.ª Zona Eleitoral, por violação ao artigo 350 do Código Eleitoral – sanção de até cinco anos de reclusão. O juiz eleitoral marcou uma audiência com a defesa do ex-prefeito para o dia 15 de julho.

A investigação começou em 2016 a partir da Operação Cifra Oculta, que mirou pagamentos da empreiteira UTC Engenharia para a candidatura de Haddad. O promotor Luiz Henrique Dal Poz imputa a Haddad falsidade ideológica, conteúdo falso, na prestação de contas de 2012. “Haddad omitiu informações, bem como inseriu dados inexatos, que não correspondem à realidade”, afirma o promotor. A Promotoria acusou outros quatro na mesma denúncia.

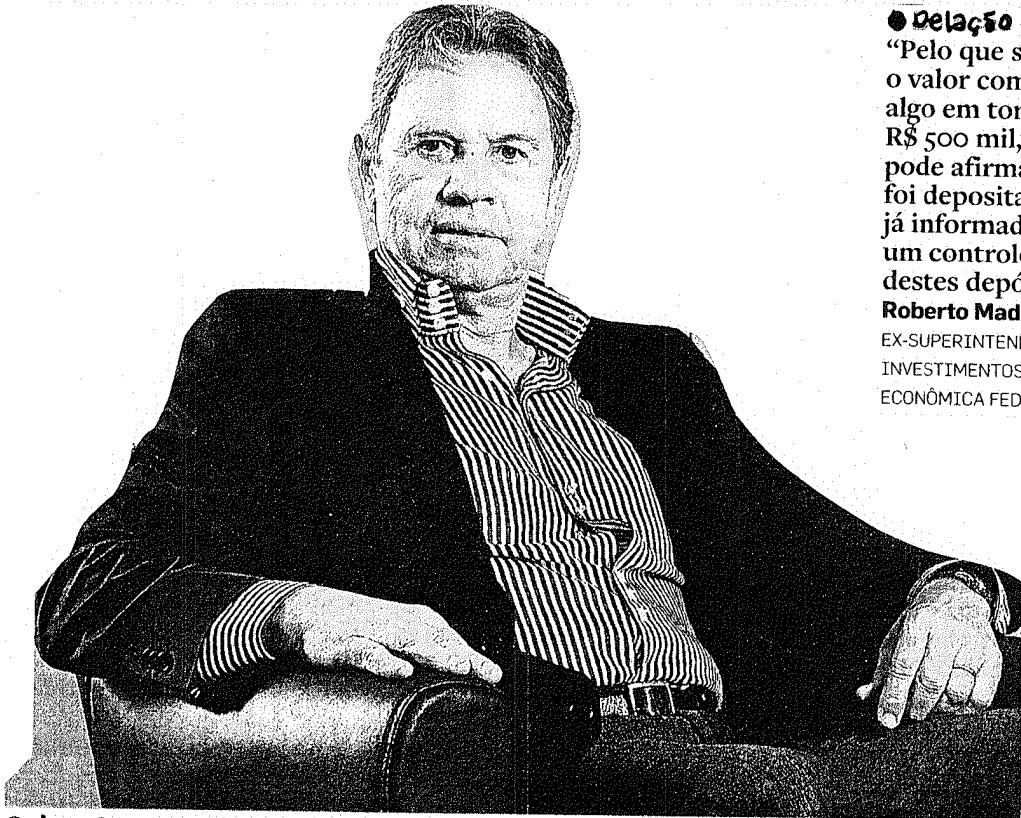
Defesa. Por meio de nota, a assessoria do ex-prefeito disse que a denúncia apresentada pelo promotor cumpriu “as formalidades legais” e que sua defesa vai questionar a delação do empreiteiro da UTC, Ricardo Pessoa. “Dado que, em fevereiro de 2013, a prefeitura, sob gestão de Haddad, suspendeu a obra do túnel da avenida Roberto Marinho, em São Paulo, contrariando interesses do empreiteiro”, diz a defesa. “O juiz marcou uma audiência de conciliação para o dia 15 de julho. Antes disso, não há como o ex-prefeito ser considerado réu.”

09 JUN 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Delator cita propina por aporte no FI-FGTS

Suspeito de pagar R\$ 500 mil, o empresário Joel Malucelli é doador de campanha e suplente do senador e presidenciável Alvaro Dias (Podemos)



Caixa. O empresário Joel Malucelli rechaça as acusações; 'repleta de contradições'

● Delação

“Pelo que se recorda, o valor combinado foi algo em torno de R\$ 500 mil, mas não pode afirmar quanto foi depositado, pois, como já informado, não fazia um controle preciso destes depósitos.”

Roberto Madoglio

EX-SUPERINTENDENTE DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS ESPECIAIS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Fabio Serapião / BRASÍLIA

O empresário Joel Malucelli, suplente do senador e presidenciável Alvaro Dias (Podemos), é suspeito de pagar propina de R\$ 500 mil para que a sua empresa do setor de energia recebesse um aporte de R\$ 330 milhões do fundo de investimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FI-FGTS). A acusação consta no acordo de delação premiada do ex-superintendente de Fundos de Investimento Especiais da Caixa Roberto Madoglio com o Ministério Público Federal.

Empresário paranaense, Malucelli é o patriarca da família proprietária do Grupo

J. Malucelli que atua na área de construção civil, energia, comunicação e no setor financeiro e de seguros. Nas eleições de 2014, em que foi eleito como suplente, ele doou R\$ 745 mil para a campanha de Dias. O valor representou cerca de 25% do total arrecadado pelo senador na campanha em que se reelegeu pela quarta vez. Caso o pré-candidato do Podemos à Presidência seja eleito, é Malucelli quem assume o mandato no Senado.

Em depoimento, Madoglio disse que a sugestão do pagamento de propina veio do empresário Alexandre Malucelli, para quem a cobrança de “comissão” era “normal no mercado”. Alexandre é filho de Joel Malucelli.

“Quem ofereceu foi o Alexandre, mas quem pegou o número da conta foi o Joel, em uma reunião em Curitiba. Que (o delator) entregou a Joel o papel com sua conta depois de a operação já ter sido liquidada”, disse Madoglio, segundo relatório dos investigadores sobre o seu depoimento. O ex-superintendente da Caixa assinou acordo de delação dentro das operações Sepsis e Cui Bono, que investigam desvios no banco estatal.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

09 JUN 2018

O valor acertado, ainda pela versão dada por Madoglio, foi de R\$ 500 mil relacionada a um aporte de R\$ 300 milhões do FI-FGTS. “Que pelo que se recorda, o valor combinado foi algo em torno de R\$ 500 mil, mas não pode afirmar quanto foi depositado, pois, como já informado, não fazia um controle preciso destes depósitos”, disse Madoglio no depoimento.

De acordo com o balanço do FI-FGTS, o fundo ingressou no quadro societário da J.Malucelli Energia com participação de 40,81% após investir R\$ 330 milhões na empresa. O objetivo do investimento era a “implantação de projetos voltados aos segmentos de geração hidrelétrica, eólica e térmica e para projetos de transmissão de energia”.

Além da J.Malucelli, Madoglio afirmou ter recebido propina de outras duas empresas. Ao todo, as três companhias receberam R\$ 1,2 bilhão do FI-FGTS, fundo formado com parte do dinheiro depositado na conta dos trabalhadores. A propina relacionada aos aportes, segundo o delator, soma R\$ 10 milhões.

Defesas. Por meio de nota, Dias afirmou que Joel Malucelli é um “empresário respeitado no Paraná” e que ele se afastou “há muitos anos das empresas do grupo para se dedicar à atividade política.” “De qualquer forma, como sempre, o meu posicionamento é de apoio integral às investigações”, diz a nota. O senador também afirmou que as doações recebidas foram declaradas ao TSE.

A assessoria de Joel Malucelli afirmou que as declarações de Madoglio “são falsas e repletas de contradições” e que o delator “não sabe dizer onde, quando e nem se recebeu algum valor”. “Cita levianamente o nome de Joel Malucelli, que não ocupava nenhum cargo executivo na empresa à época”, diz a nota. Sobre as doações eleitorais, o empresário disse que todas foram feitas dentro da lei.

10 JUN 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Supremo terá de definir regras eleitorais

Seis ações na Corte contestam normas que influenciam a disputa; para analistas, indefinição às vésperas do 1º turno gera insegurança jurídica

Amanda Pupo

Felipe Frazão

Rafael Moraes Moura / BRASÍLIA

A menos de quatro meses do primeiro turno das eleições, seis ações pendentes de julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) contestam regras eleitorais que podem mudar o cenário da disputa. A Corte ainda não se pronunciou, por exemplo, sobre a divisão do tempo de propaganda em rádio e TV e a possibilidade de candidatos financiarem todos os custos da própria campanha, o chamado autofinanciamento irrestrito.

A indefinição, avaliam especialistas e dirigentes partidários, gera insegurança jurídica e atrapalha as estratégias políticas. As ações, em sua maioria de autoria de partidos, questionam a constitucionalidade de mudanças legais promovidas em reformas pelo Congresso nos últimos anos e estão à espera de parecer da Procuradoria-Geral da República (PGR). Procurado, o órgão não deu prazo para liberá-las.

A presidente do Supremo, Cármen Lúcia, afirmou ao Estado que tem dado prioridade na pauta de julgamentos às ações sobre temas eleitorais. Exemplo disso é que a Corte determinou a reserva de recursos do Fundo Partidário para candidatas e, na semana passada, suspendeu a implantação do voto impresso. "A pauta do Supremo Tribunal Federal, em ano de eleições, prioriza a matéria eleitoral para se evitar dúvidas constitucionais no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Todas as ações dessa natureza que estavam liberadas foram pautadas", disse Cármen.

● **Supremo**

"Todas as ações dessa natureza (eleitoral) que estavam liberadas foram pautadas".

Cármen Lúcia

PRESIDENTE DO STF

O Supremo também recebeu questionamentos sobre a constitucionalidade do fundo eleitoral de R\$ 1,7 bilhão criado para custear as campanhas neste ano, a necessidade de desempenho nominal mínimo nas urnas para deputados e o número de zonas eleitorais alteradas em 2017 pelo TSE.

As regras estabelecidas para esses temas ainda podem ser alteradas pela Suprema Corte porque, ao contrário das leis aprovadas no Congresso Nacional, as decisões do STF não precisam ser tomadas em até um ano antes do pleito, conforme entendimento atual da maioria dos ministros. A preocupação sobre as mudanças às vésperas da eleição, no entanto, incomoda candidatos e preocupa advogados e especialistas eleitorais.

Controvérsia. Para o advogado Henrique Neves, ministro do TSE até o ano passado, o ideal é que todas as questões polêmicas sejam resolvidas antes do período eleitoral "para dar uma resposta anterior aos partidos, para que decisões não impactem o curso eleitoral".

Já o professor de direito eleitoral da Fundação Getúlio Vargas Diogo Rais destaca que as mudanças promovidas pelo Congresso foram apressadas, gerando incertezas. Para ele, o ideal é que o STF se abstenha de julgar essas questões para não gerar mais insegurança. "Ou julga rápido, para que tenha efeito prático e o processo não seja tão impactado, ou julga depois das eleições", disse.

Por outro lado, dirigentes partidários cobram celeridade do Supremo. "O ideal é que não tivéssemos chegado a esse momento com tantas dúvidas, mas elas existem", disse o presidente nacional do DEM e prefeito de Salvador. ACM Neto.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

10 JUN 2018

QUESTIONAMENTOS

	O que pedem	Autores	Impacto
Tempo de TV	Que seja considerado o nº de deputados de 28 de agosto de 2017, não a bancada eleita em 2014	PP e Podemos	Partidos que perderam deputados, como PT e PMDB, ficariam com menos tempo na propaganda eleitoral
Financiamento próprio	Que seja limitado a até 10% dos rendimentos brutos do ano anterior	Sustentabilidade, PT, PDT, PSOL, PCdoB e PSB	Candidatos ricos, que podem pagar suas campanhas, podem perder espaço
Fundo eleitoral	Que o fundo de R\$ 1,7 bi abastecido com recursos públicos seja derrubado	PSL	Partidos ficariam sem a principal fonte de recursos para as campanhas
Quociente eleitoral	Minirreforma de 2015 prevê que candidatos a deputado federal e estadual e vereador precisam, individualmente, de um total de votos de pelo menos 10% do quociente eleitoral. Partido quer vetar esse percentual mínimo	PEN	Candidatos com pouquíssimos votos podem ser beneficiados e serem eleitos caso estejam em uma coligação de deputados bem votados
Distribuição de vagas	Que a divisão de "sobras" de vagas incluam apenas os partidos que atingirem o quociente eleitoral	DEM	Se volta a valer a regra anterior, reduzem as chances de partidos menores elegerem seus candidatos

Anualidade não vale para Corte, afirma ministro

O julgamento que derrubou o voto impresso abriu debate sobre a vigência de decisões do Supremo Tribunal Federal a menos de um ano da eleição. Apesar da insatisfação de parte dos parlamentares, a Corte não precisa seguir a regra de anualidade, diferentemente do Congresso, ao aprovar mudanças do jogo eleitoral.

“A palavra final é do STF. Eu adoto a tese de que se pode julgar (ações de matéria eleitoral) nesse período, durante o ano que antecede a eleição. A regra da anualidade não se aplica ao Supremo”, afirma o ministro Marco Aurélio Mello. “Agora, tem de observar se há tempo para julgá-las, com as eleições chegando e a grande quantidade de ações esperando para serem analisadas pelo plenário.”

O STF já se pronunciou sobre o tema em 2006, diz o professor da FGV Diogo Rais, quando respondeu ao Congresso que “ato jurisdicional” não se enquadra na regra da anualidade.

No Congresso, parlamentares mostraram insatisfação com a decisão em torno do voto impresso. “No regime democrático, o equilíbrio dos Poderes precisa ser preservado. Essa insegurança jurídica me parece interferência direta nas deliberações do Congresso”, disse a senadora Ana Amélia (PP-RS).

Ao decidir o futuro de ação sobre candidaturas avulsas, o ministro Luís Roberto Barroso levou a proximidade do pleito em consideração. Questionado sobre o processo, o gabinete do ministro disse que a ação não será liberada este ano. /A.P., F.F. e

R.M.M.

O ESTADO DE S. PAULO

Luiz Fux

10 JUN 2018

Contra notícia falsa, mais jornalismo

A luta contra fake news
também tem de contar
com apoio da imprensa

Na última terça-feira, 5, dez partidos políticos firmaram com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) um acordo de colaboração para manter o ambiente eleitoral imune à disseminação de notícias falsas. Outras legendas devem seguir o mesmo caminho. Ciente de que as fake news podem “distorcer a liberdade do voto e a formação de escolhas conscientes”, o Parlamento brasileiro comprometeu-se publicamente a agir contra elas.

Mas a luta contra a desinformação também tem de contar com o apoio da imprensa – tanto a que acompanha diuturnamente a movimentação de atores políticos, quanto a que se dedica à checagem de fatos e declarações de autoridades, prática conhecida como *fact-checking*. O jornalismo político-eleitoral precisa ser livre para apontar as imprecisões do discurso público e investigar condutas questionáveis. No período de campanha, ainda mais.

Nas últimas semanas, vieram à tona relatos de ataques contra jornalistas especializados na cobertura política – nas ruas e nas redes sociais. Alguns profissionais chegaram, inclusive, a sofrer agressões físicas, difamações e ameaças. O TSE repudia esses episódios e se posiciona ao lado dos jornalistas.

A imprensa é vital a qualquer democracia. Tem a nobre função, entre outras tantas, de qualificar o debate público, indicando dados corretos e informações contextualizadas e precisas. Investigar e expor inverdades, com base em apurações isentas e fontes de dados legítimas, não pode resultar em hostilidade.

Levantamento feito pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) mostra que, nos seis primeiros meses de 2018, foram registrados 105 casos de violações contra jornalistas no País. Um ódio que se espalhou também no ambiente virtual. Em 10 de maio, o Facebook inaugurou no Brasil seu projeto de verificação de notícias, algo que deveria ser bem visto por aqueles que lutam contra a desinformação. É grave o relato de que profissionais incumbidos de verificar notícias falsas

nessa plataforma tenham sido expostos e ameaçados antes mesmo de começarem a desmentir conteúdos maliciosamente distorcidos.

Países com democracias sólidas e textos constitucionais robustos conseguem garantir a liberdade de expressão e, ao mesmo tempo, um jornalismo político-eleitoral combativo, crítico e investigativo. Nos Estados Unidos, por exemplo, mais de 40 plataformas de checagem de dados trabalharam durante as eleições de 2016. Outras cinco participam hoje da iniciativa de verificação do Facebook. Não houve registros de agressões a seus jornalistas.

O jornalismo de qualidade pode incomodar, mas sua existência deve ser garantida. O TSE entende que os jornalistas são fundamentais no processo eleitoral: dão ao eleitor informações vitais para que o voto seja exercido com consciência. Por isso, defende os profissionais que lutam para promover a participação ativa dos cidadãos no processo democrático e repele qualquer tentativa de silenciá-los.

LUIZ FUX É MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF) E PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE)

10 JUN 2018

O ESTADO DE S. PAULO

O d. Sebastião de Curitiba

O PT anunciou o lançamento da pré-candidatura presidencial de Lula da Silva, como se fosse a volta de d. Sebastião – o rei português que desapareceu numa batalha em 1578 e cujo retorno era esperado para salvar o reino da crise que se estabeleceu após sua partida, “quer ele venha, quer não”. Mas o sebastianismo petista é uma deliberada tapeação. Enquanto o corpo de d. Sebastião nunca reapareceu, todo mundo sabe muito bem onde está Lula: numa cela em Curitiba, cumprindo pena por corrupção e lavagem de dinheiro.

A anunciada “candidatura” de Lula, portanto, precisa de aspap. A Lei da Ficha Limpa impede que o ex-presidente tenha sua postulação deferida pela Justiça Eleitoral. O PT insiste que seu chefe é preso político, pois nada teria sido provado contra ele, razão pela qual a defesa de Lula acredita que, no momento do registro, sua candidatura terá de ser aceita, ainda que em caráter liminar. O partido não esconde que pretende causar o máximo possível de confusão legal até a eleição para que o nome de Lula esteja na urna eletrônica, com consequências imprevisíveis para o resultado formal do pleito.

Enquanto isso, o PT preparou material de campanha no qual, além de insistir na libertação de Lula, explora a crise atual para dizer que somente com a eleição do ex-presidente

“o Brasil vai ser feliz de novo”. Há até uma imagem em que alguém recoloca o retrato de Lula na parede, com faixa presidencial e tudo, lembrando a marchinha de 1950 cujo refrão “bota o retrato do velho outra vez” embalou a volta de Getúlio Vargas, o “pai dos pobres”, ao poder naquele ano.

No jingle lulopetista, o refrão é “chama que o homem dá jeito”, depois de imagens que retratam o desemprego e a greve dos caminhoneiros, embaladas por uma letra que diz: “Meu querido Brasil, o que fizeram com você?”. Nos “braços do povo”, Lula então se apresenta como o único capaz de enfrentar os “poderosos” e fazer “chegar a primavera”.

É evidente que, em campanhas eleitorais, não se deve esperar que partidos deixem de exaltar qualidades de seus candidatos, mas no caso da campanha de Lula o que há é pura e simples fraude.

A crise que os petistas dizem que Lula irá resolver foi causada pelo próprio Lula e por sua desengonçada criatura, Dilma Rousseff. Foram dois anos de uma recessão brutal, resultante de uma série de erros de política econômica causados por uma visão antediluviana do papel do Estado. O primeiro mandato de Lula na Presidência, entre 2003 e 2006, deu a falsa ilusão de que o ex-metalúrgico bravaiteiro havia aderido aos bons fundamentos da administração e da economia. No entanto, a partir do segundo mandato, de certo premido pela necessida-

de de se manter no poder em face do escândalo do mensalão, Lula adernou à esquerda populista, mandando às favas o compromisso com o equilíbrio das contas públicas e o controle da inflação. A ganância estatal resultou em crescimento tão exuberante quanto insustentável – mas suficiente para eleger o “poste” Dilma em 2010.

Com Dilma dobrando a aposta de Lula, as contas públicas foram destroçadas – mas o País demoraria a conhecer o tamanho do desastre graças à contabilidade criativa e às pedaladas. Felizmente, o impeachment de Dilma interrompeu a trajetória rumo ao abismo. Aos poucos, restabeleceu-se um mínimo de racionalidade na administração, e algumas medidas cruciais, como o teto dos gastos, indicavam que o País havia recobrado a sanidade.

Ainda falta muito a fazer, mas o principal obstáculo hoje nem é a dura conjuntura econômica, e sim uma nostalgia populista que embala uma parte considerável dos eleitores, convencida de que é possível “ser feliz de novo” se a Presidência for ocupada por Lula – ou, quem sabe, por alguém indicado por ele. E essa atmosfera passadista, que ignora totalmente o que foi a trevosa era lulopetista, é fruto direto da ruína da política em meio a uma campanha de descrédito poucas vezes vista na história nacional. Se esses são os políticos que temos, é o que devem pensar esses eleitores, melhor esperar mesmo pela volta do d. Sebastião de araque.

11 JUN 2018

O ESTADO DE S. PAULO

A banalidade do arbítrio

Parece livre de obstáculos o caminho de arbitrariedades trilhado por alguns membros da Polícia Federal (PF), do Ministério Público (MP) e do Poder Judiciário em uma autoatribuída cruzada anticorrupção. Ela não raro vem carregada de um ar messiânico na fala e nas ações de seus integrantes, mais preocupados com a opinião pública do que com o respeito às leis. Uma cruzada que seria por demais importante para ter de lidar com “óbices” como a Constituição.

O pedido de quebra do sigilo telefônico do presidente da República é exemplar destes tempos esquisitos, em que a banalidade do arbítrio se instalou justamente entre alguns dos que deveriam ser os primeiros a venerar a lei.

A quebra do sigilo telefônico do presidente Michel Temer foi requerida pela PF ao ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), no âmbito do inquérito que apura o suposto pagamento de R\$ 10 milhões ao MDB pela Odebrecht. Em troca do financiamento ilegal de campanhas eleitorais do partido, a empresa teria sido favorecida em contratos com o governo federal.

De acordo com o inquérito – que, pasme o leitor, tramita em segredo de justiça –, a negociação para o repasse do dinheiro teria ocorrido em 2014 no Palácio do Jaburu, envolvendo Michel Temer, então vice-presi-

dente de Dilma Rousseff; Marcelo Odebrecht, presidente da empreiteira; Moreira Franco, atual ministro de Minas e Energia; e Eliseu Padilha, atual ministro-chefe da Casa Civil. A PF também requereu a quebra do sigilo telefônico dos dois ministros de Estado.

À luz do que está escrito no artigo 86, parágrafo 4.º, da Lei Maior, o pedido de quebra do sigilo telefônico do presidente da República feito pela PF ao STF é mais um caso de audacioso abuso. Fosse respeitado o texto constitucional, um inquérito para apurar supostos crimes cometidos por Michel Temer em 2014 nem sequer deveria ter sido instaurado enquanto ele exercer seu mandato como presidente da República.

Isto acontece, primeiro, por conta de uma ferrenha campanha de desmoralização da atividade política que parece animar setores da PF, do MP e do Judiciário com o objetivo de nivelar por baixo todos os políticos. Desta forma, os gratos olhos da Nação se voltariam para aqueles empenhados em expurgar os malfeitores da vida nacional, malgrado as graves consequências de um hipotético estado de negação da política.

Segundo, porque uma leitura enviesada do texto constitucional dá azo a interpretações convenientes aos interesses daqueles que desejam atingir o político que tem maior expressão entre todos: o presidente da República.

A Constituição diz que o “Presidente da República, na vigên-

cia de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções”. A artimanha está na interpretação da palavra “responsabilizado”. Há quem diga que impedir que o presidente seja responsabilizado por crime anterior ao mandato não impede a sua investigação.

É evidente que tal forma de ler o comando constitucional se presta tão somente a legitimar a ação daqueles que têm por intento instalar um clima de instabilidade política no País ao enfraquecer o chefe do Poder Executivo. E aqui não se trata apenas do atual presidente, mas de todos os outros que lhe sucederem.

Uma investigação criminal já é, por si só, uma forma de responsabilização. Ela traz consequências sérias para a vida do investigado; em se tratando do presidente da República, implicações diretas nos rumos do País. Ao impedir a responsabilização do presidente por atos anteriores ao mandato, a Constituição visa justamente a proteger o País de aventureiros que, desestabilizando o chefe de Estado e de governo, ponham em risco os interesses da Nação.

O ministro Edson Fachin fez valer a Constituição e negou o pedido de quebra do sigilo telefônico do presidente Michel Temer, deferindo-o apenas em relação aos ministros Moreira Franco e Eliseu Padilha. Não é certo dizer que isso impedirá novos abusos, mas foi um sinal claro dado pelo STF de que eles não podem ser tolerados.

09 JUN 2018

10 JUN 2018

GAZETA DO POVO

PEQUENAS CAUSAS

Juizado abre na PUC

● Quem precisa de atendimento no Juizado Especial – antigamente chamado de Juizado de Pequenas Causas – vai contar com uma opção a mais em Curitiba. Começou a funcionar na terça-feira (5) o primeiro Juizado Especial Cível e Criminal dentro de uma universidade do Paraná, fruto de uma parceria do Tribunal de Justiça com a PUCPR. O atendimento será gratuito. Ao todo, a expectativa é de que o novo Juizado Especial atenda cerca de 200 mil pessoas em causas cíveis de até 40 salários mínimos e ações criminais originadas de infrações de menor potencial ofensivo. Ele vai funcionar dentro do Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) da PUCPR, na Rua Iapó, 1111, das 13h às 18 horas. O público passará inicialmente pelo setor de triagem com o auxílio dos estudantes de Direito, que serão orientados por professores, com a supervisão do TJ.

UM PROBLEMA MAIOR DA SOCIEDADE DO QUE DAS INSTITUIÇÕES

Índice que mede qualidade da democracia foi aplicado em Curitiba e mostrou que as maiores fraquezas da cidade são participação política e cultura democrática

João Frey

● Uma pesquisa realizada em Curitiba com o objetivo de medir a democracia em nível local traz resultados que podem soar desconcertantes aos que adotam a habitual postura de botar na conta do governo — assim, de modo genérico — todas as falhas do sistema democrático. Realizada pelo Instituto Atuação, a pesquisa, batizada de Índice de Democracia Local (IDL), apontou que as maiores lacunas da democracia em Curitiba estão mais relacionadas a ações da sociedade que das instituições políticas.

Essa foi a primeira vez que a pesquisa foi aplicada. O levantamento foi inspirado em uma metodologia da Economist Intelligence Unit, adaptada pelo Instituto Atuação.

De modo geral, Curitiba atingiu 49,5% de pontuação no IDL. Os melhores desempenhos foram nas dimensões de direitos e liberdades civis (64,2%), funcionamento do governo local (56,3%) e processo eleitoral e pluralismo (65,6%). Já os piores resultados foram em participação política (22,3%) e cultura democrática (38,9%).

Em participação política, dimensão em que a cidade teve o pior desempenho, foram avaliadas a participação eleitoral e comunitária. Nesse ponto percebe-se, por exemplo, que apenas 27,7% da população entrevistada exerceria o direito ao voto caso ele não fosse obrigatório.

“Isso dá a impressão de que o voto se reduziu a uma mera obrigação legal, em vez de

significar uma oportunidade de participar da transformação política”, diz a análise do Instituto Atuação publicada no relatório da pesquisa.

Outro dado que chama a atenção em relação à fraca participação política é o fato de 90% dos entrevistados nunca terem participado de audiência pública ou de reuniões realizadas na Câmara de Vereadores e 77% nunca terem ido a um protesto político.

Cultura democrática

Para medir cultura democrática — o outro ponto em que a cidade foi mal avaliada — a pesquisa examinou três pontos: normas e valores — que são as crenças que as pessoas têm sobre temas relacionados à sociedade, à política e às relações de confiança; vida comunitária; e conhecimento político. Neste ponto, o pior desempenho da cidade foi em conhecimento político (26,6%).

Quando perguntados sobre qual ramo do Estado era majoritariamente responsável pela criação e aprovação das leis municipais, 60,8% dos entrevistados não souberam responder que se tratava do Poder Legislativo. O mesmo problema aconteceu quando se perguntou sobre o Executivo (60%).

Uma questão preocupante revelada pela pesquisa é que apenas 0,3% dos entrevistados declararam não ter certeza sobre as atribuições primárias da prefeitura. Ou seja, os curitibanos não sabem que não sabem quais as funções das instituições políticas municipais.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

09 JUN 2018

10 JUN 2018

Na avaliação do cientista político Emerson Cervi, coordenador do grupo de pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública da UFPR, essas fraquezas identificadas pelo estudo estão inter-relacionadas.

“Estamos em um país onde o espaço público é muito separado da vida privada. As elites se apropriam privadamente dos espaços públicos e criam restrições para a participação mais efetiva. Como isso se dá ao longo do tempo, geração atrás de geração, há pouca proximidade, portanto pouco interesse do cidadão comum pela política já que ela está muito distante”, explicou.

Sobre o desconhecimento político, Cervi chama a atenção para o fato de as novas gerações não terem conseguido superar problemas antigos. Ele destaca que temos hoje a primeira geração de adultos criados com universalização do ensino básico e, entre os mais jovens, pessoas criadas com amplo acesso à informação; ainda assim não se avançou em relação ao conhecimento político.

De acordo com a análise do Instituto Atuação, esse desconhecimento leva a um descompasso entre as expectativas do cidadão e as possibilidades de ação do poder público. Com isso, em vez de tomarem iniciativas para resolver seus próprios problemas, os cidadãos clamam por uma solução vinda do governo.

No relatório, ao analisar as consequências dessa falta de conhecimento político, o instituto traz à discussão a falta de confiança dos cidadãos nas instituições.

“São essas grandes expectativas que, somadas à incapacidade governamental de realizá-las, geram os baixos níveis de confiança nas instituições. É como Thomas Sowell uma vez escreveu: ‘quando as pessoas querem o impossível, somente os candidatos mentirosos podem satisfazê-las’”, avaliam.

De fato, os dados mostram que os curitibanos não têm percepções positivas da confiabilidade das instituições democráticas. A respeito da confiança nas instituições, 32% dos entrevistados deram nota zero à Câmara de Vereadores, índice que foi de 22,8% na prefeitura. Já o governo federal recebeu 29% de notas zero, o governo estadual 27,2% e o Poder Judiciário 15%.

CONTINUA

09 JUN 2018
10 JUN 2018

GAZETA DO POVO

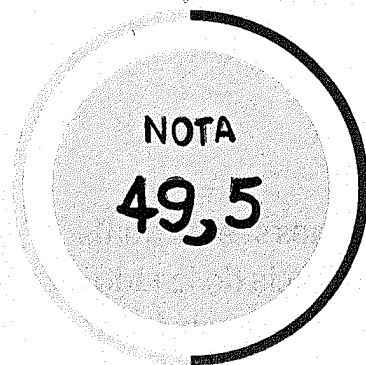
CONTINUAÇÃO

QUALIDADE DA DEMOCRACIA NA SUA CIDADE

Avaliar a democracia de maneira objetiva é um desafio. O índice mais conhecido sobre o tema é o da revista The Economist, que em sua última edição colocou o Brasil na 49ª posição entre 167 países, com uma nota de 6.86 em uma escala de 0 a 10, o que faz do país uma “democracia falha”. Já avaliar a democracia no nível local, onde as pessoas vivem seu cotidiano, é algo inovador e com potencial para transformar o Brasil em uma “democracia plena”.

O ÍNDICE DE DEMOCRACIA LOCAL

Com o propósito de gerar informações para orientar políticas e melhorar a vida nas cidades, o Instituto Atuação, em parceria com renomados pesquisadores e organizações do Brasil e do mundo, criou o Índice de Democracia Local - um conjunto de indicadores e métricas que oferece uma “fotografia” da qualidade da democracia no município, a partir de cinco indicadores, que são os pilares de uma democracia saudável e se desdobram em vários índices temáticos.



A DEMOCRACIA EM CURITIBA

O índice foi testado pela primeira vez em Curitiba em 2017, com a intenção de ser aplicado em outras cidades e fortalecer a democracia brasileira a partir de suas bases.

A Gazeta do Povo, em conjunto com o Instituto Atuação, apresenta a seguir os resultados da primeira aplicação da ferramenta.

O Índice deu nota geral de 49,5 à qualidade da democracia em Curitiba. Todas as notas estão em uma escala de 0 a 100.

Veja como Curitiba pontua em cada um dos temas fundamentais para a qualidade da democracia, e a explicação sobre o que foi avaliado em cada um deles. Na sequência, como as notas dessas categorias se distribuem nas regiões de cidade.

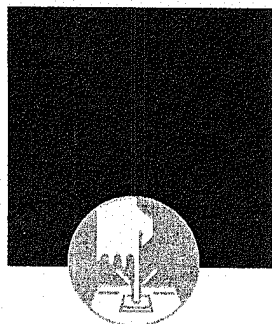
CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

09 JUN 2018
10 JUN 2018

65,6

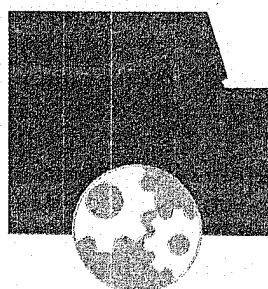


Processo Eleitoral

A categoria Processo Eleitoral e Pluralismo avalia o procedimento de nomeação democrática dos representantes, em sua capacidade de garantir a liberdade de voto a todos os cidadãos, de respeitar a deliberação pública e de permitir diversidade de candidaturas.

48,3 Escolha Democrática
73,3 Integridade
75,0 Inclusão

56,3

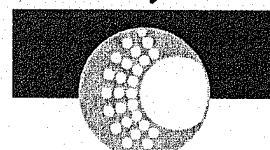


Funcionamento do Governo Local

Avalia os aspectos institucionais do governo local, como a dinâmica de freios e contrapesos, o nível de transparência e controle da população sobre as instituições, bem como a segurança pública.

70,8 Freios e Contrapesos
65,6 Transparência e Accountability
54,6 Controle
42,4 Responsividade
48,0 Segurança Pública

22,3

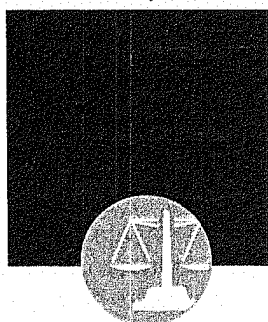


Participação Política

Mede a disposição de participar do processo eleitoral e o nível de engajamento populacional em atividades relacionadas a instituições, a partidos políticos e a conselhos municipais.

39,6 Participação em Sentido Estrito
5,0 Participação em Sentido Amplo

64,2

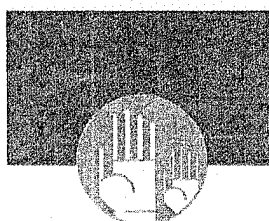


Direitos e Liberdades Civis

Avalia o grau de tutela das liberdades civis, de expressão e econômica, bem como a possibilidade concreta de acesso à Justiça e tratamento igualitário.

86,1 Liberdades Civis
64,8 Liberdade de Expressão
53,7 Liberdade Econômica
66,3 Acesso à Justiça
50,0 Tratamento Justo

38,9



Cultura Democrática

Mensura a dimensão cognitiva da população acerca da política, a força das relações sociais em termos de envolvimento e confiança mútua e o apoio ao Estado de Direito e à democracia.

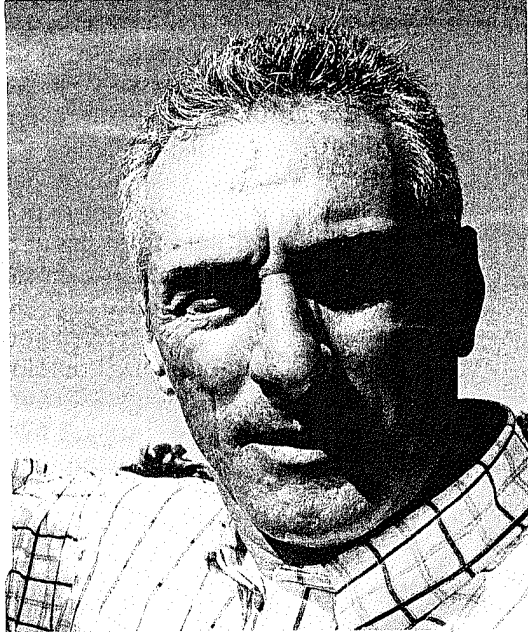
26,6 Dimensão Cognitiva
39,5 Vida Comunitária
50,7 Normas e Valores

GAZETA DO POVO 09 JUN 2018
* PERSONAGENS 10 JUN 2018

Os quatro homens de Richa citados em mais um escândalo

Jonathan Campos/Gazeta do Povo

Gilberto Abelha



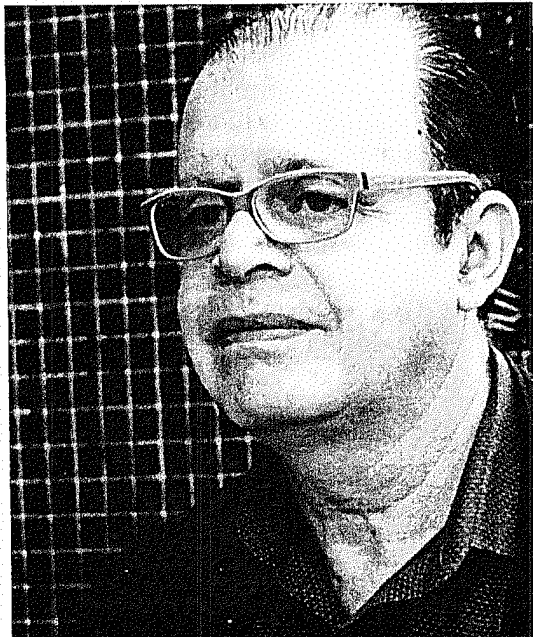
Jorge Atherino, conhecido como Grego.



Luiz Abi, parente do ex-governador.

Marcelo Andrade/Gazeta do Povo

Daniel Caron/Gazeta do Povo



Ezequias Moreira, do caso da "sogra".



Deonilson Roldo, ex-secretário.

CONTINUA

Os nomes de Luiz Abi, Ezequias Moreira, Jorge Atherino e Deonilson Roldo têm aparecido com frequência nas investigações e delações sobre o governo do Paraná

Euclides Lucas Garcia

● A proposta de delação premiada de Maurício Fanini, réu na Operação Quadro Negro, coloca mais uma vez na berlinda pelo menos quatro figuras bastante próximas ao ex-governador Beto Richa (PSDB). Em comum, todos são recorrentes em ter o nome envolvido em escândalos de corrupção que orbitam o tucano.

À Procuradoria-Geral da República (PGR), Fanini afirmou que três deles eram responsáveis por intermediar propina para as campanhas de Richa: Luiz Abi, parente do tucano; Ezequias Moreira, ex-secretário especial de Cerimonial do governo do estado; e o empresário Jorge Atherino, conhecido como Grego. O delator cita ainda Deonilson Roldo, ex-chefe de gabinete e ex-secretário de Estado da Comunicação.

Luiz Abi

Parente de Richa, esteve envolvido em dois escândalos do governo do estado. No principal deles, segundo o Ministério Público, Abi seria o “operador político” do esquema investigado pela Operação Publicano, que teria desviado recursos da Receita Estadual, parte deles para a campanha de reeleição do tucano, em 2014. Já na Operação

Voldemort, pela qual foi condenado em 1ª instância, era acusado de ser o mentor de um esquema que teria fraudado uma licitação para manutenção de veículos oficiais do estado.

Na proposta de delação, Fanini diz ter recebido de Abi um pedido de R\$ 500 mil para comprar o apartamento de Marcello Richa, filho do ex-governador. Em outro momento, a quantia solicitada teria sido de R\$ 600 mil numa viagem a São Paulo, diante da ex-primeira dama Fernanda Richa. Segundo o delator, Abi era uma pessoa “bomba”.

Ezequias Moreira

Ficou conhecido no episódio da “sogra fantasma”, que veio à tona em 2007. Ele era chefe de gabinete de Richa na década de 1990 — então deputado estadual pelo PSDB. Verônica Durau, mãe da esposa de Ezequias, constava na folha de pagamento da Assembleia Legislativa, mesmo sem ser funcionária da Casa. Descoberto, Ezequias devolveu o dinheiro que havia sido pago à sogra. Chegou a ser condenado pelo Tribunal de Justiça, mas o crime já estava prescrito.

Apesar do caso de corrupção, Richa o nomeou para uma “secretaria especial” e disse que “é preciso perdoar o pecador, não o pecado”. O cargo, segundo Fanini, teria sido ideia de Deonilson Roldo, pois garantia foro privilegiado a Ezequias, que temia ser preso por decisão de 1ª instância.

À PGR, Fanini disse que pediu a troca de Abi como intermediário de Richa, porque ele era arrogante. O indicado para substituí-lo teria sido Ezequias. De acordo com o pretense delator, como

chefe de gabinete de Richa na prefeitura de Curitiba, o homem da sogra fantasma articulou 15% de propina em um contrato para manutenção de iluminação pública na capital. A mesma empresa teria vencido lotes desta licitação e de outras na sequência.

Jorge Atherino

Conhecido como Grego, em razão de sua ascendência, o empresário teve o nome mencionado na Operação Superagui, por suposto favorecimento em uma concessão ambiental emitida pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) na gestão Richa.

A liberação permitia o desmatamento de uma área protegida de mata atlântica, próxima ao Porto de Paranaguá, que serviria a um projeto de construção de estacionamento de caminhões e atenderia a interesses empresariais de Richa e familiares. Segundo o Ministério Público, a empresa dona do terreno, de propriedade de Atherino, apresentaria uma estreita relação com outras empresas da família Richa.

Grego também foi citado na delação premiada do ex-executivo da Odebrecht Benedicto Júnior. Segundo o delator, foi Jorge Atherino quem entrou em contato com a empreiteira para pedir dinheiro à campanha de reeleição de Beto Richa, em 2014.

CONTINUA

09 JUN 2018

10 JUN 2018

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

À PGR, Fanini apontou Grego como o terceiro responsável por receber e estocar dinheiro de campanha para Richa, em sucessão a Ezequias. Numa das entregas, em uma mochila de R\$ 250 mil, o empresário teria mostrado um armário falso dentro do box do chuveiro da suíte do apartamento dele, onde guardava o dinheiro ilícito.

Fanini relatou ainda que Atherino foi uma das pessoas incumbidas por Richa para ajudá-lo depois que a Quadro Negro estourou e que ele foi exonerado da Secretaria de Educação. A partir de então, em agosto de 2015, passou a receber das mãos do empresário R\$ 12 mil por mês para permanecer em silêncio.

Deonilson Roldo

Jornalista de formação, Déo, como costuma ser chamado, foi secretário de Estado pela primeira vez no governo de Jaime Lerner. A partir daí, aproximou-se mais de Richa quando o tucano foi eleito prefeito de Curitiba. Na época, foi chefe de gabinete e secretário de Comunicação — mesmas funções que ocuparia futuramente no governo do estado. No Executivo estadual, era tido como uma espécie de primeiro-ministro. Segundo aliados de Richa, o tucano seria o garoto propaganda do governo, enquanto Deonilson faria de fato o papel de gestor.

Com a renúncia de Richa, no último dia 6 de abril, foi remanejado para a Diretoria de Gestão Empresarial da Copel. Recentemente, no entanto, veio à tona uma gravação, de fevereiro de 2014, na qual ele afirma que havia um compromisso para que a Odebrecht vencesse licitação da PR-323, rodovia no Noroeste do estado. Como o caso, acabou demitido pela governadora Cida Borghetti (PP).

Na proposta de delação, Fanini relatou que foi chamado para uma reunião com Deonilson quando surgiram as primeiras suspeitas do Ministério Público em relação ao esquema de desvio dos recursos da construção e reforma de escolas estaduais. Déo o teria cobrado para resolver o atraso nas obras investigadas pela Quadro Negro, caso contrário haveria um escândalo que seria “uma flecha no coração” de Richa. ●

09 JUN 2018

10 JUN 2018

GAZETA DO POVO

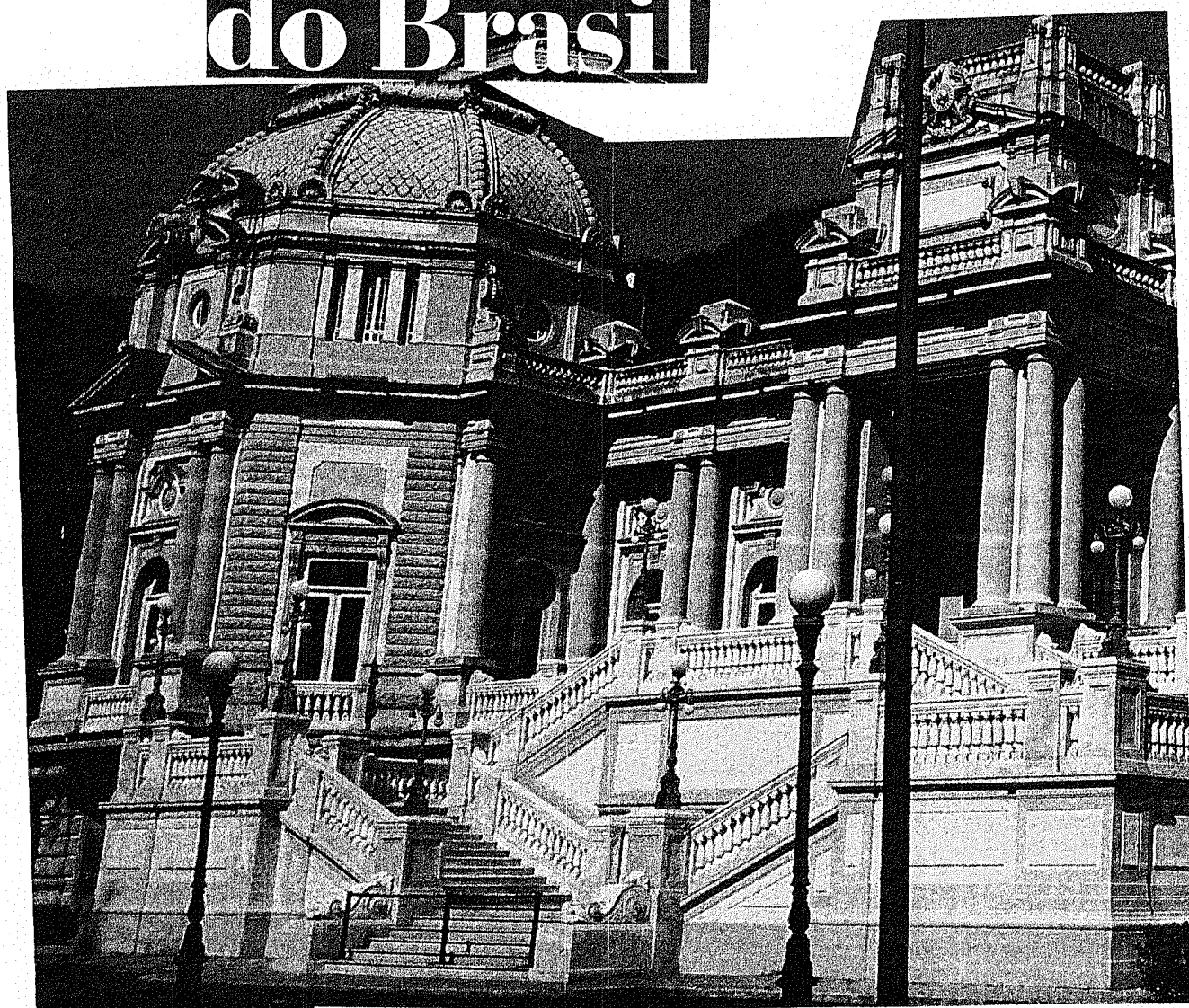
PAIXÃO



09 JUN 2018
10 JUN 2018

GAZETA DO POVO

O processo mais antigo do Brasil



Movido pela princesa Isabel em 1895, ele pede a retomada do Palácio Guanabara, que pertencia à família real. Ainda parece longe de terminar

CONTINUA

Tiago Cordeiro

● A Justiça brasileira não é conhecida pela agilidade. Mas um processo que já dura 123 anos e continua sem previsão de terminar é demais até para os padrões nacionais. Ele foi movido em 1895, pela princesa Isabel, seis anos depois que a monarquia havia sido derrubada e a família real, expulsa do país. Neste momento, tramita no Superior Tribunal de Justiça (STJ), onde já está há nove anos.

O tamanho da causa ajuda a explicar a morosidade: a família real solicita a reintegração de posse do Paço Isabel. Era assim que o edifício era chamado no século 19. Atualmente, ele é mais conhecido como o Palácio Guanabara, que sedia o governo estadual do Rio de Janeiro.

Tudo começou em 1891, dois anos depois da proclamação da República. Primeiro, um decreto, número 447, determinou a incorporação do paço Isabel. Os representantes legais da família, que se mantiveram no Brasil, se recusaram a entregar o edifício. Então o novo governo solicitou a posse na Justiça. Perdeu. Em 23 de maio de 1894, um grupo de militares ocupou (e saqueou) o palácio. A União ficou no local e pediu na Justiça a posse novamente. Mais uma vez, o judiciário decidiu a favor da família. Um recurso levado ao Supremo Tribunal Federal (STF) foi também recusado. Mas o governo do marechal Floriano Peixoto desobedeceu a decisão e não deixou mais o palácio.

A família imperial moveu uma ação, no dia 25 de setembro de 1895, pedindo a reintegração da posse. Acabou derrotada — o caso foi julgado por Godofredo Xavier da Cunha, genro do líder republicano Quintino Bocaiuva. A família recorreu ao STF em 1897. A papelada desapareceu por décadas, sem explicação

(supõe-se que tenha sido arquivada, de propósito ou não, no lugar errado). Em 1946, quando parte dos descendentes voltou a se instalar no Brasil, a família imperial apresentou um protesto, alegando que o antigo recurso não havia prescrito. Em 1955, por via das dúvidas, entrou com uma outra ação.

Precedente grego

Em 1964, o processo de 1895 foi encontrado, finalmente. Demorou mais alguns anos, mas os dois casos, este e o de 1955, passaram a tramitar juntos. Antes de chegar ao STJ, os dois processos, que têm os números 1149487 e 1141490, foram negados pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 2.ª Região.

“O palácio pertencia ao patrimônio privado da princesa Isabel e de seu marido, o conde d’Eu”, diz Guilherme de Faria Nicastro, advogado e autor de uma monografia sobre essa polêmica. Ele lembra que a construção foi comprada pela família com o dinheiro do dote pago pelo Estado, como previa a Constituição da época. “Existe um entendimento de que, ao ceder o dote, a União atuou como entidade privada e não poderia reaver os valores. Nesse caso, mudanças políticas não deveriam interferir no direito privado”.

A União discorda. Alega que os 300 contos de reis dados a Isabel como dote por ocasião de seu casamento (o palácio foi comprado por 250) deveriam ser usados para comprar uma residência da princesa e que, no momento em que ela deixou de ser uma autoridade real no Brasil, o edifício deveria ser devolvido. E há também uma discussão, que se estendeu por toda a década de 1970, sobre o fato de o pedido da família ter ou não prescrito. Finalmente, foi decidido que ele ainda é válido.

Agora, o caso continua caminhando, muito lentamente, no STF. Para Guilherme Nicastro, existe uma alternativa. “Em teoria, a família real brasileira poderia recorrer à corte interamericana”. O último rei da Grécia, Constantino II, adotou estratégia parecida: recorreu à Corte Europeia de Direitos Humanos e, em 2000, venceu. O governo grego pagou a ele 12 milhões de euros por três propriedades tomadas da família imperial em 1967.

CONTINUA

Construído pelo português José Machado Coelho a partir de 1853, em um local que desde o século anterior fazia parte de uma chácara, o atual Palácio Guanabara era uma residência particular até ser comprada pela família imperial. A princesa Isabel e o esposo o transformaram em sua residência no Rio de Janeiro em 1865, e posteriormente o Conde d'Eu adquiriu de seu próprio bolso alguns terrenos à volta. O prédio abrigou a residência oficial dos presidentes da república entre 1926 e 1947. Desde então e até a inauguração de Brasília, sediou a prefeitura do Distrito Federal. Depois, passou a abrigar o governo estadual.

Indenização dividida

Caso vença a ação, a família pode pedir uma indenização a ser calculada por perícia, depois do processo — há quem especule que o valor poderia estar na casa dos R\$ 300 milhões. Os beneficiados seriam todos os descendentes vivos de Isabel. Neste momento, eles somam dezenas de pessoas, entre bisnetos, trinets e tataranetos, vindos de dois filhos da princesa, Pedro e Luís. Apenas o palácio está em discussão, ainda que o terreno, originalmente, fosse muito maior e incluísse o local onde hoje está o estádio de futebol do Fluminense.

Mas por que, afinal, tanta polêmica em torno do Palácio Guanabara? A família imperial não ocupava outros edifícios? Sim, é claro. Mas a maior parte deles não havia sido comprada pela família. “O Paço Imperial, por exemplo, pertencia ao estado, era um edifício público. A família real não reclamou sua posse”, diz Guilherme Nicastro.

Já a coroa de Dom Pedro I, por exemplo, foi mantida com a família por decisão ju-

dicial. Afinal, havia sido feita com joias que pertenciam aos nobres, e não ao Estado. Ela seria depois adquirida pelo governo de Getúlio Vargas para ser exibida. O mesmo aconteceu com a fazenda da família em Petrópolis, que permaneceu na posse dos descendentes de Dom Pedro II, até que a família doou o espaço para a construção de um museu. Em quase todos os outros muitos casos, o governo republicano deu a Dom Pedro II dois anos para leiloar todo o patrimônio de sua família no Brasil, coisa que de fato foi feita.

O caso do Palácio Guanabara seguiu um rumo diferente, até pela importância que o edifício ganhou com o passar do tempo. “Há dose de incompetência e de má vontade, pois o processo ficou parado por 67 anos”, diz o historiador Gunter Axt, que pesquisa a história do Judiciário no país. “No passado, a Justiça esteve mais atrelada aos governantes, então, podia ser conveniente em certos contextos que algumas decisões se arrastassem”.

A eficiência e a independência dos tribunais vêm aumentando, ele alega, mas ainda aparecem, aqui e ali, julgamentos bastante atrasados. “Por incrível que pareça, esse não é um caso tão isolado assim. O inventário do comendador Domingos Faustino Corrêa, por exemplo, tramitou na justiça comum do Rio Grande do Sul por 107 anos”. O comendador morreu em 1873 e seus descendentes passaram mais de um século discutindo seu espólio.

Com relação ao palácio no Rio de Janeiro, a disputa é resultado da mudança brusca de sistema político. “A chamada proclamação da República foi um golpe de estado detonado por uma quartelada. E não foi incruento, ou pacífico, como se contou por décadas nas escolas”, diz Gunter Axt. “Os militares eram desde 1850 a vanguarda da nação, porque defendiam a abolição da escravidão e a industrialização do país. Mas ao chegarem ao poder, provocaram uma catástrofe. Porque não se administra um país complexo como se gere um quartel. Estamos até hoje pagando o preço daquela aventura. Esse processo judicial de 120 anos é tão somente uma face pitoresca da tragédia”. ●

CONTINUA

09 JUN 2018

10 JUN 2018

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

A Princesa Isabel e o Conde d'Eu: descendentes imperiais podem herdar R\$ 300 milhões.



Depen retira presos condenados de delegacias

Foram transferidos 221 homens e 41 mulheres para o sistema prisional

O Departamento Penitenciário do Paraná retirou todos os presos condenados, homens e mulheres, que estavam em delegacias da Polícia Civil, em Curitiba. Somente nas duas últimas semanas, 262 presos, sendo 221 homens e 41 mulheres, deixaram as carceragens da capital e foram encaminhados para o sistema prisional.

A intenção é fazer a retirada de todos os presos condenados das carceragens de delegacias de todo o Paraná. "O Estado tem ciência do problema da superlotação em delegacias, por isso estamos trabalhando dia e noite para amenizar esse quadro. A retirada dos presos condenados é o primeiro passo", afirma o diretor do Depen, Francisco Caricati.

A ação foi possível graças ao empenho coletivo do Depen e outros órgãos envolvidos, como o Tribunal de Justiça do Paraná, Ministério Público, Defensoria Pública, entre outros. Demais ações desenvolvidas pelo departamento também têm trazido resultado. ■

Legista é demitido por falsa perícia no caso Renata Muggiati

O médico-legista Daniel Colman do Instituto Médico-Legal (IML) em Curitiba foi demitido do cargo por ter emitido um laudo de exame de necropsia com conclusão falsa quanto à causa da morte da fisiculturista Renata Muggiati, em 2015.

O decreto de demissão, assinado pela governadora Cida Borghetti, foi publicado na sexta-feira (8) no Diário Oficial do Estado do Paraná.

A decisão foi tomada com base no relatório final de um processo administrativo disciplinar, que apurou o caso.

O inquérito também tem informações de testemunhas sigilosas. Uma delas afirmou à polícia que ouviu Raphael Suss Marques, namorado acusado de matar a fisiculturista, dizer: "Estou tranquilo, tá tudo certo, já paguei o perito. Paguei bem, R\$ 350 mil". ■

Ministro libera ação de Gleisi e Paulo Bernardo para julgamento

O ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, liberou para julgamento a ação penal que decidirá se a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) e o ex-ministro Paulo Bernardo serão condenados ou absolvidos na Operação Lava Jato. Celso de Mello é o revisor da Lava Jato no STF. O julgamento da ação será pela Segunda Turma da Corte.

Caberá ao presidente da Turma, ministro Ricardo Lewandowski, marcar a data do julgamento. Também será julgado o empresário Ernesto Kugler Rodrigues, ligado ao casal. Segundo a acusação, os três, "agindo de modo livre, consciente e voluntário", pediram e receberam R\$ 1 milhão desviados do esquema de corrupção que atuava na Petrobras.

O dinheiro, de acordo com o Ministério Público, teria sido direcionado para campanha eleitoral de Gleisi em quatro parcelas de R\$ 250 mil. ●

Nova denúncia

A força-tarefa do Ministério Público Federal no Paraná (MPF/PR) ofereceu denúncia contra nove pessoas pelos crimes de associação criminosa, corrupção, lavagem de dinheiro no interesse de um contrato para prestação de serviços no valor de R\$ 825 milhões celebrado entre a Construtora Norberto Odebrecht e a Petrobras. Entre os denunciados estão os ex-funcionários da estatal, Aluísio Teles Ferreira Filho, Rodrigo Zambrotti Pinaud e Ulisses Sobral Calile; o operador financeiro Mário Ildeu de Miranda; além de Ângelo Tadeu Lauria, apontado como agente que intermediava repasse de recursos ilícitos a políticos vinculados ao PMDB; e quatro executivos da empreiteira.

Fachin rejeita mais um habeas corpus do ex-ministro Antonio Palocci

O ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), rejeitou mais um habeas corpus do ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci, preso há mais de dois anos no Paraná.

Palocci foi preso preventivamente em 26 de setembro de 2016 e continua na cadeia por determinação do juiz Sergio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba. Para o magistrado, há risco de que o ex-ministro continue a cometer crimes ou atrapalhe as investigações de sua participação em desvios na Petrobras.

No pedido de liberdade mais recente ao STF, a defesa afirmou que considerar que Palocci continuará a delinquir é “mera suposição” e salientou que ele não ocupa mais cargos públicos, não tendo mais condições de atuar contra as investigações.

Fachin, porém, não entrou no mérito das razões para a prisão do ex-ministro, negando seguimento ao habeas corpus por questões processuais. Ele ressaltou que o plenário do STF já negou o pedido de liberdade de Palocci, em 12 de abril, e que não há argumentações da defesa capazes de justificar nova análise.

Para o ministro, “o Tribunal Pleno efetiva e substancialmente debruçou-se sobre as teses articuladas pela defesa”.

11 JUN 2018

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

BEGEL RITZMANN

Congresso Franco-Brasileiro de Direitos Fundamentais e Igualdade

O presidente emérito do IPDA – Instituto Paranaense de Direito Administrativo, professor Romeu Felipe Bacellar Filho, integrou a mesa da solenidade de abertura do Congresso Franco-Brasileiro de Direitos Fundamentais e Igualdade, na Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC PR. O evento reúne expoentes da área do Direito e conta com a organização da Escola de Direito da PUC-PR e da École de droit de la Sorbonne - Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, com apoio do IPDA e da Unicuritiba.

Simpósio Nacional de Direito Constitucional

O XIII Simpósio Nacional de Direito Constitucional, promovido pela Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDConst) aconteceu no Teatro Guaíra, em Curitiba. Na abertura, Luciano Bernart, presidente executivo da ABDConst, saudou os presentes e, após a execução do hino nacional, anunciou um vídeo comemorativo dos 18 anos da ABDConst, criada em julho de 2000. Os participantes também foram saudados pelo presidente da OAB Paraná, José Augusto Araújo de Noronha, pelo ex-ministro Ricardo Barros, e pelo ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF).

#HÉLIO DUQUE BEMPARANÁ

STF e anarquia partidária

HÉLIO DUQUE

A anarquia partidária, com 35 partidos registrados no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e 63 aguardando a aprovação dos seus registros, tem um único responsável: o STF. Com representação parlamentar são 28 fazendo do Brasil um país ingovernável. A grande maioria partidos fisiológicos e outras siglas de aluguel que vendem o apoio aos governos de plantão, em tenebrosas transações. São integrantes da desmoralizada base de sustentação do governo central. Sobrevivem da nomeação de cargos, vantagens pessoais e eleitorais, em que a grande vítima é o dinheiro público. O Congresso Nacional foi transformado em mercado persa. Governar com maioria parlamentar é impossível pela inflação de partidos e interesses diferenciados.

O populismo jurídico do Supremo Tribunal Federal infligiu à República derrota responsável pela atual anarquia política. Ruy Barbosa ensinava: "A pior ditadura é a ditadura do poder judiciário. Contra ela não há a quem recorrer". Recentemente o presidente do Chile, Sebastián Piñera, em visita ao STF, durante encontro com os ministros Cármen Lúcia e Edson Fachin, perguntou: "Quando falha a Suprema Corte, a quem recorrer?" A ministra Cármen Lúcia: "Não há recurso". E o ministro Edson Fachin, constrangido, respondeu: "A última palavra no sentido amplo é da sociedade". Piñera insistiu: "Mas a sociedade pode reformar decisão da Suprema Corte?" Os ministros responderam não. Ironicamente Sebastián Piñera, conclui: "Então cabe a Deus?". No Chile, a Corte Suprema da Justiça é integrada por 21 membros. Até 1997, somente juizes de carreira poderiam ser nomeados ministros. Atualmente, com a mudança constitucional, 15 são obrigatoriamente magistrados oriundos do poder judiciário e 5 vagas para graduados em direito e comprovado destaque nas atividades profissionais e acadêmicas. Todos os 21 ministros são submetidos ao Senado chileno, apresentados pelo Presidente da República e há vários casos dos indicados serem reprovados.

O diferencial na composição da Corte Suprema no Brasil e no Chile retrata realidade que deve merecer reflexão da sociedade brasileira. O surrealismo pauta algumas decisões jurídicas no Brasil e a Reforma Política aprovada em 19 de setembro de 1995, pelo Congresso Nacional, e vetada pelo STF, é prova irretocável. Aprovada no legislativo a Lei dos Partidos dava prazo de 10 anos para adequações legais, passando a ter validade nas eleições de 2016. Definia: "Tem direito a funcionamento parlamentar em todas as Casas Legislativas, o partido que, em cada eleição para a Câmara dos Deputados obtenha o apoio de, no mínimo cinco por cento dos votos apurados". Extinguia o direito gratuito ao acesso à rádio e televisão e distribuição do Fundo Partidário aqueles que não atingissem o quociente da cláusula de barreira de 5%.

Em 2006, quando entraria em vigor, o Supremo implodiu a reforma política brasileira. O relator Marco Aurélio votou pela inconstitucionalidade, usurpando do Congresso Nacional o direito de legislar. Atendia o desejo dos pequenos partidos, autores da contestação. Na época, o então ministro Ayres Britto chamou a "lei de cláusula de caveira". Os ministros Cármen Lúcia proclamava que "a minoria hoje tem o espaço para ser maioria amanhã" e Ricardo Lewandowski afirmava que "a lei fere de morte o federalismo político". Dez anos depois, Lewandowski, como o personagem de Molière, "Tartufo", comprovando sua visão temporal do direito, constatou: "É preciso reformar profundamente o modelo partidário em vigor, começando por instituir a cláusula de barreira". Gilmar Mendes reconhece em autocrítica: "Houve um erro do STF, que derrubou a cláusula de barreira. O Congresso tinha feito algo bem cuidado. Nós derrubamos, depois da medida já estar em vigor com um prazo de dez anos para os partidos se adaptarem". O ministro Luís Barroso, ao reconhecer o erro do STF, constatou: "Esses partidos acabam virando negócios privados. E frequentemente negócios privados desonestos."

Se a Lei dos Partidos não fosse anulada pelo STF, hoje somente 7 partidos alcançariam os requisitos previstos na legislação. PMDB, PT, PSDB, PP, PSB, PSD e PR. As outras legendas não teriam representantes parlamentares, atingindo 182 deputados federais atualmente investidos de mandato, graças ao erro brutal do STF.

Em tempo: a vítima agora poderá ser a reforma trabalhista aprovada pelo Congresso. O ministro Edson Fachin defende o retorno da contribuição sindical. Admite, autoritariamente, que poderá decidir monocraticamente sob o argumento de "enfraquecimento dos direitos sociais com redução da capacidade de financiamento das atividades sindicais". Autêntico golpe de populismo jurídico sobre as prerrogativas do Congresso Nacional.

11 JUN 2018

11 JUN 2018

BEMPARANÁ

Justiça

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) informou na semana passada, em Brasília, que o Poder Judiciário terá expediente reduzido nos dias úteis em que haverá jogos da Seleção Brasileira na Copa do Mundo da Rússia, que começa nesta quinta-feira.

Em pelo menos 40 tribunais espalhados pelo país, incluindo os tribunais superiores e o Supremo Tribunal Federal (STF), não haverá expediente no turno em que ocorrer os jogos, havendo, com isso, a suspensão do atendimento ao público.

O governo federal também estipulou um expediente diferenciado para o funcionamento de órgãos públicos em dias de jogos da Seleção Brasileira na Copa do Mundo. Governos estaduais também têm implementado a medida.